

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

CLÁUDIA MARIA CABRAL

**PORTUGAL E MESSIANISMO NO ADVENTO DA MODERNIDADE: UM ESTUDO
A PARTIR DOS ESCRITOS POLÍTICOS DO
PADRE ANTÔNIO VIEIRA**

**ALFENAS/MG
2016**

CLÁUDIA MARIA CABRAL

**PORTUGAL E MESSIANISMO NO ADVENTO DA MODERNIDADE: UM ESTUDO
A PARTIR DOS ESCRITOS POLÍTICOS DO
PADRE ANTÔNIO VIEIRA**

Dissertação apresentada para
obtenção do título de Mestre em
História Ibérica pela Universidade
Federal de Alfenas. Área de
concentração: História.
Orientador: Prof. Dr. Marcos R. de
Faria

ALFENAS/MG
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Alfenas

Cabral, Cláudia Maria

Portugal e messianismo no advento da modernidade: um estudo a partir dos escritos políticos do Padre Antônio Vieira / Cláudia Maria Cabral. -- Alfenas/MG, 2016.
83 f.

Orientador: Marcos R. de Faria.

Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, 2016.

Bibliografia.

1. Padre Antônio Vieira. 2. Messianismo. 3. Portugal. I. Marcos R. de Faria. II. Título.

CDD-930

Cláudia Maria Cabral

“PORTUGAL E MESSIANISMO NO ADVENTO DA MODERNIDADE: UM ESTUDO A PARTIR DOS ESCRITOS POLÍTICOS DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA”.

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica

Aprovado em: 27/09/2016

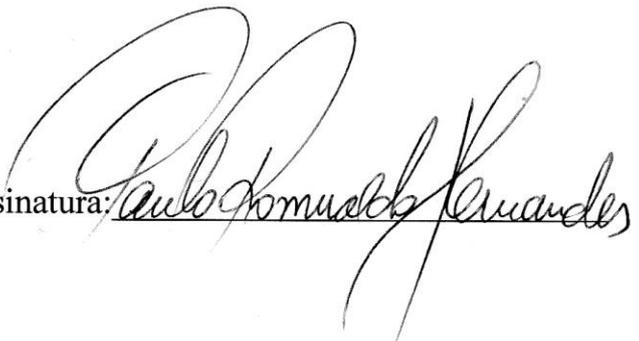
Prof. Dr. Marcos Roberto de Faria
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: 

Prof. Dr. Gérson Pereira Filho
Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais PUC-MG

Assinatura: 

Prof. Dr. Paulo Romualdo Hernandes
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: 

Aos meus familiares, sobretudo minha filha Isabella e meu marido Gilson, por acreditarem em mim quando eu mesma não podia. Minha eterna gratidão. O amor de vocês me fez maior.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Alfenas, ao Programa de Pós Graduação em História Ibérica, por me oferecer tamanho crescimento acadêmico e pessoal. Agradecimento especial aos professores Adailson José Rui e Cláudio Carlan. Aos membros da banca avaliadora, pela disposição em participar e contribuir para finalização dessa dissertação. Finalmente agradeço ao meu querido orientador, Marcos Roberto de Faria, pela paciência e conhecimento repassado. Muito obrigada por confiar a mim este projeto, por acreditar no meu potencial e me fazer crescer. Muito Obrigada!

RESUMO

Padre Antônio Vieira é considerado um dos personagens mais importantes da história de Portugal, bem como do Brasil, por sua participação como missionário da Companhia de Jesus. Sendo assim, a presente pesquisa tem como tema o Messianismo como chave de interpretação da representação de Portugal nos *Escritos Políticos* de Vieira. O objetivo é analisar suas interpretações proféticas sobre o futuro do reino que estariam fundamentadas em uma tradição que se estabelecera, pelo menos, por volta do século XVI e que sofrera diversas influências e interpretações. Para alcançar os objetivos propostos, pretendemos utilizar dois tipos de fontes. A primeira delas refere-se aos escritos políticos do Padre Antônio Vieira. Serão analisados sermões como o de São Sebastião, de São José, *Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda e dos Bons Anos*. Para dar sustentação às informações conseguidas durante o trabalho, utilizaremos informações contidas nos principais livros escritos por especialistas no assunto, capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema. Sendo assim, são consultados autores com reconhecida contribuição no que se refere à temática da pesquisa.

Palavras-chave: Padre Antônio Vieira. Messianismo. Portugal.

ABSTRACT

Priest Antônio Vieira is considered one of the most important personages in the history of Portugal, as well as Brazil, for his participation as a missionary of the Society of Jesus. Thus, the present research has as its theme Messianism as key to the interpretation of Portugal's representation in Vieira's Political Writings. The purpose is to analyze his prophetic interpretations of the future of the kingdom that would be based on a tradition that had established itself at least around the sixteenth century and had undergone various influences and interpretations. To achieve the proposed objectives, we intend to use two types of sources. The first of these refers to the political writings of Father Antônio Vieira. Sermons such as Saint Sebastian, Saint Joseph, Bom Sucesso das Armas de Portugal and those of Holland and the Good Years will be analyzed. In order to support the information obtained during the work, we will use information contained in the main books written by experts in the subject, capable of providing current and relevant data related to the subject. Therefore, authors with a recognized contribution are consulted regarding the research topic.

Keywords: Priest Antônio Vieira. Messianism. Portugal.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CAPÍTULO 1 – A COMPANHIA DE JESUS E SEU ENSINAMENTO NA VIDA RELIGIOSA E POLÍTICA DE ANTÔNIO VIEIRA	26
2.1	Companhia de Jesus no Século XVI.....	26
2.2	Dom Sebastião e o mito do sebastianismo	29
2.3	O retorno do “Desejado” nas Trovas de Bandarra	32
2.4	Antônio Vieira – o político	33
3	CAPÍTULO 2 – PORTUGAL COMO CENTRO DA LEGITIMAÇÃO DE UM REINO	40
3.1	Joanismo presente em Antônio Vieira.....	40
3.2	Inquisição	52
4	CAPÍTULO 3 - MESSIANISMO A PARTIR DOS ESCRITOS POLÍTICOS DE VIEIRA.	55
5	CAPÍTULO 4: CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE APRENDIZAGEM PARA ENTENDER SOBRE A OBRA DE ANTÔNIO VIEIRA	66
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
7	REFERÊNCIAS	78
8	ANEXO	81

CRONOLOGIA DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA

1608

Ano de Nascimento de Padre Antônio Vieira. Neto, por via paterna, de uma mestiça, filho de Cristóvão Vieira Ravasco e de Maria de Azevedo, nasce em Lisboa, a 6 de Fevereiro, numa casa pobre na Rua do Cónego, à Sé.

1614

Com 6 anos parte para o Brasil com a família – o pai fora nomeado escrivão da Relação da Baía.

1623

Ingressa na Companhia de Jesus, na Baía, cujo Colégio já frequentava desde data incerta.

1624

Durante um ano vive numa aldeia índia, na qual os jesuítas se refugiam após a conquista da Baía pelos holandeses, comandados pelo almirante Jacob Willekens.

1625

Faz votos de noviço.

1626

Encarregue pelos superiores de redigir a Carta Ânua (relatório anual da Província, dirigido ao Geral da Companhia de Jesus em Roma), da qual existem exemplares autógrafos, com as datas de 21 de Novembro e 1 de Dezembro.

1627

Inicia a regência da cadeira de Retórica, no Colégio Jesuíta de Olinda.

1633

Prega pela primeira vez em público.

1634

Ordenado presbítero.

1635

Celebra a primeira missa, na cidade da Baía; mestre em Artes e pregador.

1638

Nomeado professor de Teologia para o Colégio da Companhia de Jesus, na Baía.

1640

Prega na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, na Baía, o *Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda*.

1641

No Dia de Reis, na Igreja do Colégio da Baía, prega o *Sermão de Ação de Graças* pelas vitórias obtidas nos últimos meses de 1640.

1641

Na companhia do jesuíta Simão de Vasconcelos e de Fernando de Mascarenhas,

filho do vice-rei Marquês de Montalvão, parte para Portugal, a 26 de Fevereiro, para felicitar D. João IV pela sua subida ao trono e garantir a fidelidade do Brasil à Coroa de Portugal. Em Abril desembarca em Peniche e é preso pela população, suspeito de ser partidário de Espanha. Esclarecido o equívoco, é posto em liberdade. É recebido pelo rei e inicia a sua carreira política, redigindo a *Proposta feita a el-rei D. João IV, em que se lhe representava o miserável estado do Reino e a necessidade que tinha, de admitir os judeus mercadores, que andavam pelas diversas partes da Europa*.

1642

A 1 de Janeiro prega pela primeira vez em Portugal. Em Setembro prega o *Sermão de Santo António*, com o objetivo de convencer os membros do clero e da nobreza a contribuírem com os seus bens para as despesas da guerra.

1643

Na Proposta a El-Rei D. João IV declara-se favorável aos cristãos-novos e apresenta um plano de recuperação económica.

1644

É nomeado Pregador Régio. Pelos seus serviços o Rei promulga alvará de promessa de hábito de Cristo e tença de 40 mil reis a favor do pai de Vieira.

1646

Faz a profissão solene na Casa de São Roque da Companhia de Jesus (Lisboa). Como embaixador é enviado por D. João IV à França (para tratar do casamento do príncipe D. Teodósio) e à Holanda (para firmar a paz). Em Ruão contata a comunidade judaica portuguesa. Sai em versão flamenca o Sermão de 1642, a mais antiga tradução de um texto seu.

1647

Novamente enviado a França e à Holanda. Apesar de o barco ter sido aprisionado pelos corsários, consegue chegar à Inglaterra, onde é suposto ter contactado a comunidade judaica e de onde parte para Paris (logrando ser recebido pelo cardeal Mazarino e pela rainha regente) e Haia (onde adquire navios, mantimentos e munições).

1648

Regressa a Portugal emite um parecer sobre a compra de Pernambuco aos holandeses, defende a criação da província do Alentejo.

1649

Denunciado à Inquisição pelo seu amigo padre (jesuíta) Marim Leitão, lente de Véspera no Colégio de Santo Antão. Ameaçado de expulsão da Ordem, D. João IV propõe-lhe um lugar de bispo (que ele recusa) e dá uma série de mercês a familiares seus. Por sua sugestão é fundada a Companhia de Comércio do Brasil, com capitais maioritariamente cristãos-novos.

1650

Enviado a Roma para iniciar negociações com a Espanha através do casamento de D. Teodósio.

1651

Chega a Roma via Barcelona.

1652

Rejeita o convite para integrar uma embaixada à Inglaterra e parte como missionário para o Maranhão, via Cabo Verde, donde escreve ao príncipe D. Teodósio.

1653

Prega pela primeira vez no Maranhão e, a 20 de Maio, escreve uma carta na defesa da liberdade dos índios contra os abusos e prepotências dos colonos. A 22 de Maio, em S. Luís do Maranhão, prega o *Sermão da Primeira Domingo da Quaresma*, vulgo *Sermão dos Escravos*. Visita Belém.

1654

Prega o *Sermão de Santo António aos Peixes*, três dias antes de embarcar clandestinamente para o Reino, «a procurar remédio da salvação dos índios». Apanhado por uma tempestade é aprisionado pelos corsários holandeses, depois libertado e deixado na ilha de S. Miguel (Açores), onde prega e realiza outros atos religiosos.

1655

A bordo de uma embarcação inglesa chega a Lisboa, onde, na Capela Real do Paço da Ribeira prega o *Sermão da Sexagésima*. Regressa ao Maranhão na posse de novas leis, entre as quais uma que limita a possibilidade de fazer cativos os indígenas do Brasil e outra que atribui à Companhia de Jesus toda a ação missionária junto dos índios.

1656

Denunciado à Inquisição pelo padre Jerónimo de Araújo, prior da Igreja da Madalena (Lisboa).

1659

Escreve a André Fernandes, bispo eleito do Japão, a carta habitualmente intitulada *Esperanças de Portugal – V Império do Mundo*, na qual apresenta as teses que serão a base da sua futura perseguição pela Inquisição. Parte em missão para junto dos índios Nheegaíbas.

1660

A 4 de Dezembro escreve uma carta ao novo rei, D. Afonso VI, advogando a causa dos índios, injustamente oprimidos. Parte em missão para a serra de Ibiapaba.

1661

Expulsos do Brasil pelos colonos do Maranhão que, tal como os do Pará, querem aproveitar os índios como escravos.

1662

Em Lisboa, sob a regência de D. Luísa de Gusmão, prega na capela real o *Sermão da Epifania*. Defende os missionários contra as acusações dos colonos (*Resposta aos capítulos que deu contra os Religiosos da Companhia o Procurador do Maranhão Jorge Sampaio*). É desterrado para o Porto após a subida ao trono de D. Afonso vi. Em Espanha sai uma versão dos *Sermões*.

1663

Desterrado em Coimbra. Defende na Inquisição o seu livro *Esperança de Portugal – V Império*. Proibido de regressar ao Brasil. Primeiro interrogatório na Inquisição.

1664

Escreve *História do futuro* e adoece gravemente.

1665

Preso nos cárceres da Inquisição, em Coimbra. Denunciado pelo administrador geral do Provedor da Fronteira da Beira, Manuel Ferreira.

1666

Denunciado à Inquisição pelo médico da Câmara d'El-Rei, Fernando Sardinha. Entrega a sua defesa no Tribunal da Inquisição. É interrogado inúmeras vezes.

1667

A 23 de Dezembro, a Inquisição de Coimbra condena-o, pelo que «é privado para sempre de voz ativa e passiva e do poder de pregar, e recluso no Colégio ou Casa de sua Religião, que o Santo Ofício lhe ordenar, e onde, sem ordem sua não sairá.» Fica proibido de sair de Portugal, para evitar que no estrangeiro faça propaganda contra a Inquisição.

1668

Já sob a regência de D. Pedro (futuro D. Pedro II) é anulada a sentença da Inquisição. Prega no aniversário da rainha. Sai em Itália uma versão dos *Sermões*.

1669

Prega em Lisboa o *Sermão de Santo Inácio*. Parte para Roma e propõe uma mudança dos «estilos» da Inquisição portuguesa. Sai em francês um *Sermão* seu.

1671

Prega em Roma dois sermões, em língua portuguesa.

1672

Prega em Roma dois sermões, em italiano, e ganha notoriedade.

1675

Consegue a anulação que contra si movera a Inquisição e é declarado pela Santa Sé «perpetuamente isento da jurisdição inquisitorial». Regressa Lisboa, onde é recebido com frieza devido à defesa que fizera dos cristãos-novos.

1679

Primeira edição *princeps* de *Sermões*. Recusa o convite para regressar a Roma como confessor da Rainha Cristina.

1681

Regressa ao Brasil (Baía) como missionário, ficando a residir na Quinta do Tanque, casa de campo do Colégio Jesuíta de Salvador.

1682

Novo volume de *Sermões*.

1683

Outro volume de *Sermões*. Intervém na defesa do seu irmão Bernardo. Acusado de cumplicidade no assassinio do alcaide da Baía.

1684

Prega na Baía o *Sermão de Exéquias da Rainha Maria Francisca Isabel de Saboia*, ex-mulher de D. Afonso V e de D. Pedro II. Escreve ao Rei dando-lhe notícia da nova revolta contra a presença dos jesuítas no Maranhão.

1688

É nomeado visitador da Companhia de Jesus na Província do Brasil. Outro volume de *Sermões*.

1690

Novo volume de *Sermões*.

1692

Resigna do cargo de visitador da Companhia de Jesus por falta de saúde. Edição em latim de vários sermões.

1694

Novo volume de *Sermões*. Compõe o último sermão, o do *Felicíssimo Nascimento*.

1697

A 10 de Julho, já cego, dita uma carta dirigida a Sebastião de Matos e Sousa. A 12 dita a última, dirigida a Tirso Gonzalez, Geral da Companhia de Jesus. A 18 morre no Colégio do Pará (Bahia) com 89 anos, 5 meses e 12 dias. Após ofícios fúnebres na Sé da Baía, é sepultado na Igreja do Colégio dos Jesuítas. A 17 de Dezembro, na Igreja de São Roque, promovidas pelo Conde da Ericeira, ocorrem as exéquias pela sua alma, com um custo de 7 mil cruzados.

1699

Outro volume de *Sermões*.

1718

Publicada a *História do Futuro*.

1735

1.^a edição das *Cartas* (2 volumes)

1736

Publicada a obra *Vozes Saudosas da Eloquência, do Espírito, do Zelo e Eminente Sabedoria do Padre António Vieira*, onde aparecem cartas suas.

1746

3.^o tomo de *Cartas*

1748

Publicada a obra *Voz Sagrada, Política, Retórica e Métrica ou Suplemento às Vozes Saudosas*, com novas cartas suas.

1772

Edição alemã de alguns *Sermões*.

1827

Mais cartas de Vieira, reveladas na correspondência com Duarte Ribeiro de Macedo.

1 INTRODUÇÃO

O tema da presente pesquisa está focado na abordagem do Messianismo como chave de interpretação da representação de Portugal nos *Escritos Políticos* de Padre Antônio Vieira (1608-1697). Suas interpretações proféticas sobre o futuro do reino estariam fundamentadas em uma tradição que se estabelecera, pelo menos, por volta do século XVI e que sofrera diversas influências e interpretações. Fala-se de um messianismo português, que identifica a história de Portugal como sagrada. Neste sentido, ao longo da centúria de 1500-1600, a poesia épica messiânica fazia parte do cotidiano lusitano. Além disso, havia uma historiografia ligada ao maravilhoso que, baseando-se na crença da verdade divina, proclamava sua interferência na vida humana.

Dois fatos ocorridos durante o século XVI, em relação ao trono lusitano, contribuíram para a expansão da crença messiânica de um rei que pudesse salvar Portugal. O primeiro foi a trágica morte de Dom Sebastião durante uma batalha ocorrida no deserto do Marrocos. Por um lado, esse monarca português foi um dos mais jovens a assumir o reinado, mas, por outro, com apenas 24 anos, foi também um dos mais novos a perdê-lo. Seu desaparecimento, além de causar muita comoção, fez crescer entre a população do país um sentimento de esperança. O desejo de seu retorno aumentou mais ainda com a vaga do trono deixada em aberto que mais tarde foi ocupada pelo Reino de Castela.

Com isso, após quatro séculos de luta pela soberania de um reino, a partir de 1580, inicia-se a União Ibérica e a submissão dos portugueses ao domínio espanhol. O desaparecimento do rei, Dom Sebastião, contribuiu para uma crise dinástica sem precedentes em Portugal. Sem herdeiros, a morte do monarca, mesmo que não confirmada, provoca uma disputa entre os prováveis à sucessão. Inicialmente o trono foi ocupado por seu tio-avô, o cardeal dom Henrique, que assume o cargo como regente, mas em 1580, sua morte pôs fim à dinastia de Avis, a segunda a reinar em Portugal, estabelecida em 1385, após o término da dinastia de Borgonha.

Com o trono português vazio e a urgência em se restabelecer o comando de um reino, detentor de vastas possessões em diversos continentes, alguns

candidatos entraram em cena na política sucessória. Os nomes mais cotados eram de dona Catarina, duquesa de Bragança, e Felipe II, rei da Espanha. O monarca espanhol, por ser neto de D. Manuel¹, o venturoso, requeria o direito à sucessão portuguesa e, diante de um impasse nas negociações diplomáticas, recorreu à solução militar, promovendo a invasão de Portugal por suas tropas.

Um ano após a morte do Cardeal Henrique quem senta no trono português é Felipe II, delegando o governo de Portugal a um vice-rei espanhol. No entanto, no plano da política internacional, a posição de Portugal modificava-se bastante. Para os inimigos da coroa espanhola, os ataques às possessões portuguesas passaram a configurar ataques à política expansionista filipina. Os reflexos da União Ibérica foram rapidamente sentidos no Brasil que sofreu sucessivos ataques ao longo de sua vasta costa litorânea, promovidos pelos países inimigos da Espanha como Holanda, Inglaterra e França.

Um desses ataques foi em 1583 promovido pelos franceses que invadiram as cidades de Santos e Rio de Janeiro, incitando os colonos a lutar contra o domínio espanhol. A partir de 1594, passaram a investir contra o nordeste brasileiro; em 1597, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, e, em 1612, iniciaram, com o apoio da Coroa francesa, a fundação da França Equinocial, uma tentativa de estabelecer uma empresa colonial no Maranhão. Os ingleses, por sua vez, atacaram Salvador em 1587 e saquearam Santos em 1591.

Os holandeses foram os que tiveram maiores êxitos na tentativa de impor uma ruptura no império colonial ibérico. Em 1630, estabelecem a ocupação de Pernambuco e de vasto território do nordeste brasileiro, numa extensão que iam do atual estado de Alagoas até o Maranhão, a que deram o nome de Nova Holanda.

Por sua vez, Portugal queria o seu reino reestabelecido novamente. A ânsia de ter um soberano autêntico de volta fez crescer entre os portugueses a crença no retorno de seu rei mais desejado. Mesmo antes de nascer, Dom Sebastião, foi muito aguardado pelo seu povo. E o seu desaparecimento em Alcácer Quibir, no Marrocos, foi um mistério; segundo alguns historiadores, seu corpo nunca foi encontrado e, por isso, crescia no meio dos seus súditos uma certeza no seu retorno, com o objetivo de salvar o seu povo das garras dos Castelhanos.

¹ Rei de Portugal e Algarves de 1495 até a sua morte em 1521.

Os lusitanos tinham como argumento a profecia, narrada em trovas pelo sapateiro poeta Gonçalo Annes Bandarra², sobre o futuro de Portugal. Os versos foram escritos nas primeiras décadas de 1500 e, conforme seus autos, já em 1531 eram lidos em toda a Lisboa. O texto, além de ter grande repercussão junto aos cristãos-novos³, principalmente pelo seu apelo profético e messiânico, pois muitos esperavam a realização de suas profecias para o século XVI, enfatizou mais ainda a vinda de um rei salvador de Portugal, por muitos apontado por Bandarra como sendo Dom Sebastião.

Hermann (2000) analisa a crença messiânica “que concentrava na figura mítica de um rei salvador as esperanças de redenção das privações do presente e projetava para o futuro a volta daquele que iria libertar os portugueses do julgo castelhano”.

Chamada de sebastianismo, essa crença conheceu modalidades variadas, tanto no reino como em seus territórios coloniais, e teve por base um messianismo de fundo judaico herdado dos séculos de convivência entre católico e judeus na península ibérica. (HERMANN, p 9, 2000)

Uma das modalidades é defendida com veemência pelo padre Antônio Vieira nos seus sermões escritos durante toda a vida religiosa e política exercida tanto em Portugal como no Brasil. Porém, com um discurso para legitimar Dom João IV como o verdadeiro herdeiro do reino lusitano.

A ligação do jesuíta português com o Brasil é muito forte. O religioso veio para a América ainda criança e ingressou no Colégio dos Jesuítas. Embora bem jovem, se destacou na oratória e na escrita sendo inclusive o escolhido, aos 17 anos, como veremos adiante, para redigir a “carta ânua”.⁴ E foi através desse talento que conseguiu influenciar muitos, através de seu discurso, em defesa do reino português. Dentro dessa teórica, Vieira retrata, em muitos dos seus escritos, Dom João IV como sendo o autêntico rei escolhido para retomar o trono lusitano das mãos dos espanhóis, em 1640.

² Profeta, poeta e sapateiro que perpetuou em suas trovas profecias messiânicas sobre o futuro de Portugal.

³ Expressão utilizada para categorizar os judeus recentemente convertidos ao cristianismo.

⁴ Escrita em língua latina, por ordem do Provincial da Bahia ao Geral da Companhia em Portugal, dando conta das ocorrências dos anos 1624-25, quando a cidade da Bahia ficou sob ataque holandês.

Devido a sua inteligência e habilidade de falar em público e escrever, Vieira tornou-se o pregador oficial da corte de D. João IV. Em seu discurso defende a ideia de ser o próprio monarca português, o rei citado por Bandarra. No sermão de São Sebastião, o qual vamos analisar mais adiante, o orador deixa claro suas ideias sebastianistas em defesa do reino lusitano. O texto foi pregado em 1634 e Castela ainda estava no comando do trono português.

Godoy (2005) afirma que vários autores apontam no *Sermão de São Sebastião*, proferido por Vieira aos 24 anos, fortes alusões ao rei Dom Sebastião. O sermão foi pregado na igreja de Acupe, na Bahia, em 1634, no dia do santo homenageado. Nele, Vieira enfatiza os quatro dotes gloriosos dos bem aventurados na terra recolhidos no Novo Evangelho presentes como qualidades em São Sebastião.

Os corpos dos bem-aventurados do céu têm quatro dotes gloriosos; os espíritos dos bem-aventurados da terra têm outros quatro dotes, que, ainda que o mundo lhes não chame de glória, não são menos para gloriar. A pobreza, que nos alivia do peso e embaraço das coisas da terra, responde ao dote da agilidade: *Beati pauperes*. - As lágrimas, que entre as sombras da tristeza são os claros do alívio e consolação, respondem ao dote da claridade: *Beati qui lugent*. - A fome e sede, que atenua e adelgaça a quantidade grosseira do corpo, responde ao dote da sutileza: *Beati qui nunc esuritis*. - A paciência generosa, com que os ódios e perseguições se fazem menos sensíveis, responde ao dote da impassibilidade: *Beati estis cum vos oderint homines*. - Tão parecidos são como isto os espíritos bem-aventurados da terra com os corpos bem-aventurados do céu. (GODOY, 2005, p 113)

Neste sermão Vieira enfatizou as características do mártir e associou, por meio de metáforas, ao rei Dom Sebastião. Na concepção do jesuíta tanto o monarca como o santo sofreram por advogar à causa de Cristo.

Primeiramente, foi São Sebastião, o Encoberto, porque encobriu a realidade da vida debaixo da opinião da morte. São palavras formais do texto eclesiástico da sua história: *Quem omnium opinione mortuum, noctu sancta mulier Irene sepeliendi gratia jussit auferri; sed vivum repertum domi suae cutravit, et Paulo post confirmata valetudine*. - Oh! milagre! Oh! maravilha da Providência divina! Na opinião de todos era Sebastião morto: *omnium opinione mortuum*; mas na verdade e na realidade estava Sebastião vivo: *vivum repertum*; ferido sim, e malferido, mas, depois das feridas curado: *Irene domi suae curavit*; deixado sim por morto de dia na campanha, mas de noite retirado dela: *noctu jussit auferri*; com vozes sim de sepultura e de sepultado: *Sepeliendi gratia*; mas vivo, são, valente, e tão forte como de antes era: *confirmata valetudine*. - Assim saiu Sebastião daquela batalha, e assim foi achado depois dela: na opinião morto, mas na realidade vivo: *opinionem mortuum, vivum repertum*. (GODOY, 2005, p 115)

É relevante salientar que Vieira utiliza-se, em suas interpretações messiânicas elementos que configuram a presença do rei Dom João IV como o esperado que levaria Portugal a ser a grande potência.

Nesta perspectiva, a proposta dessa dissertação tem como finalidade central, analisar e destacar como Portugal é descrito em alguns textos políticos deixados pelo Padre Antônio Vieira, sobretudo quanto à espera de um rei salvador para legitimar a pátria lusitana e resgatar o trono que por um período ficou nas mãos dos Castelhanos. Porém, para entendermos melhor sobre o assunto devemos saber como o tema é tratado por diversos autores, pois, os sermões de Antônio Vieira, pelo seu conteúdo inestimável, é alvo de estudo de muitos historiadores. Para tanto um levantamento bibliográfico deve nos ajudar a coletar informações históricas sobre o messianismo em Portugal no advento da Modernidade. Além disso, pretendemos ainda verificar como foi o mito do messianismo envolvendo o desaparecimento, uma provável morte em batalha, de dom Sebastião que gerou especulações acerca de seu paradeiro. E identificar e descrever elementos joanistas nos escritos políticos do religioso, pois, como já dissemos Dom João IV passa a ser o salvador de Portugal a partir da Restauração da coroa.

Ao caminhar nesta direção pretendemos debater o problema central que pode ser anunciado a partir dos seguintes questionamentos: como Portugal é representado nos escritos políticos de Antônio Vieira e como o tema do Messianismo aparece em alguns escritos políticos do Jesuíta? Sabemos que Vieira foi em seu tempo, além de religioso, um grande influenciador na política do reino. Sabia colocar bem as palavras, afinal são mais de 200 sermões e 500 cartas.

O conjunto de sua obra - como já dissemos, mas vale a pena salientar - tem um valor inestimável tanto para a história de Portugal como para a história da América Portuguesa. Os sermões, textos exegéticos, profecias, cartas e relatórios políticos estão associados ao período em que exerceu diversas funções como, por exemplo, conselheiro de reis, confessor de rainhas, preceptor de príncipes, diplomata em cortes europeias e missionário no Maranhão e no Pará.

Toda a eloquência de sua obra fez dele um grande influenciador em sua época, tanto de políticos e até do próprio Papa. Fez valer a ideia de ser Portugal a grande nação. E, como um pequeno exemplo, podemos citar o trecho do *Sermão da Primeira Domingo do Advento*, em que Vieira sugere: “*Saiba o mundo, saibam os hereges e os gentios, que não se enganou Deus, quando fez aos Portugueses*

conquistadores e pregadores do seu santo nome.” Por um lado, a certeza expressa no sermão estava posta, pois, os portugueses no período da Exploração Marítima foi, assim como a Espanha, a maior potência mundial de sua época. O conhecimento e o incentivo à navegação, a localização privilegiada e a riqueza da burguesia para financiar os empreendimentos ajudaram neste processo que durou mais de um século. Diante de tantas informações a serem analisadas, acreditamos que deve ser feita mais uma reflexão sobre qual foi o papel da interpretação feita pelo Jesuíta sobre o futuro do reino, fundamentada em uma tradição que sofrera diversas influências e interpretações ao longo de vários anos.

O estudo justifica-se também pelo fato do jesuíta ser considerado um dos personagens mais importantes da história de Portugal, bem como do Brasil, quando participou como missionário da Companhia de Jesus. Sua obra é grande por si só, mas o é também por se situar em um campo variadíssimo de interesses, que vai da religião à política e à diplomacia. Um dos estudiosos do jesuíta, o escritor Alcir Pécora enfatiza que Padre Vieira foi um dos poucos autores que ocupa lugar na vida política do país em sua época. Por isso, é relevante mais uma interpretação sobre o tema.

Sabemos que outros historiadores já trataram sobre a temática, contudo, entendemos que a história não se esgota, pois sua renovação é constante. É relevante ainda, pois, serão atribuídas mais informações sobre o tema que deve ser situado no contexto da História de Portugal tendo como base os textos do Padre Vieira.

Entendemos ainda que a relação entre a formação do professor crítico e reflexivo, do profissional engajado e comprometido e a produção de conhecimento deve ser ampliada. Sendo assim, o docente pode ser elencado no processo investigativo, pois, desta forma, para uma prática reflexiva poderá teorizar sobre a experiência; problematizar, compreender e enfrentar a complexidade da situação didática.

Além disso, o trabalho pretende verificar como se construiu o mito do messianismo, envolvendo o desaparecimento de dom Sebastião que gerou especulações acerca de seu paradeiro. O objetivo é ainda averiguar a origem da crença de que o rei retornaria para transformar Portugal novamente em uma grande potência econômica. Dessa forma, poderemos questionar o que acreditava Padre Antônio Vieira e como era anunciado esse fato em seus escritos.

Para alcançar os objetivos propostos, pretendo utilizar dois tipos de fontes. A primeira delas refere-se aos escritos políticos do Padre Antônio Vieira. Serão analisados sermões como o de *São Sebastião, Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda e o Bons Anos*. Entre os papéis vários, Vieira escreveu a proposta feita ao *Rei D. João IV em que se lhe representava o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa e a Proposta que se fez ao Sereníssimo Rei Dom João IV a favor da gente de nações sobre a mudança dos estilos do Santo Ofício e do Fisco em 1646*.

Quanto à pesquisa bibliográfica, no âmbito da historiografia que nos ajudou a refletir sobre o Messianismo como chave de interpretação da representação de Portugal nos *Escritos Políticos* de Vieira utilizaremos como referencial teórico os estudos feitos pelos pesquisadores Alcir Pécora, Jacqueline Hermann e Marcio Honório de Godoy. A inclusão das obras de Jacqueline Hermann *1580-1600 O sonho da Salvação e No Reino do Desejado – A Construção do sebastianismo em Portugal séculos XVI e XVII justificam-se* por ser uma análise do período indicado nos títulos dos livros marcado por utopias messiânicas, declínio do império Português e o surgimento da crença de que o rei Dom Sebastião, desaparecido em batalha e o seu provável retorno para libertar os portugueses.

No livro *Dom Sebastião no Brasil* de Marcio Honório de Godoy, por exemplo, o autor utiliza referências históricas sobre o desenvolvimento histórico e mítico do rei português Dom Sebastião, desde Portugal até o Brasil, levanta uma hipótese sobre o tema e propõe uma organização conceitual. Assuntos e conceitos a serem utilizados na presente pesquisa aqui proposta.

Além desses autores também incluímos em nossa pesquisa o historiador português João Lúcio de Azevedo (1855-1933), grande pesquisador da história de Padre Antônio Vieira da qual relatou a biografia do jesuíta em *A História de Antônio Vieira*.

O Capítulo 1 do presente trabalho, intitulado “A Companhia de Jesus e seu Ensino na Vida Religiosa e Política de Antônio Vieira”, foi dividido em três partes. A primeira relata a história de uma das maiores ordens religiosas do século XVI, criada em 1534 por Inácio de Loyola (1491-1556), e oficializada pelo papa Paulo III em 1540. Para ingressar na referida ordem, Vieira, aos 15 anos, fugiu de casa e foi recebido de braços abertos pelo reitor, Fernão Cardim. Alguns escritores

relatam que o Jesuíta não foi um gênio precoce, tinha diversas dificuldades nos primeiros anos de estudo. Mas como vamos ver adiante, o jesuíta conseguiu sobressair aos colegas, sendo inclusive o escolhido, ainda muito jovem, para redigir a Carta Ânua a ser enviada aos seus superiores em Portugal relatando a invasão holandesa na costa brasileira.

A ordem religiosa da qual Vieira estava inserido tinha como um dos seus objetivos realizar uma moderna cruzada para retornar Jerusalém ao domínio cristão. Em Portugal foi autorizada pelo rei D. João III que acreditava que o grande objetivo das conquistas portuguesas no mundo foi sempre a propagação da fé católica, motivo pelo qual ele financiava essa atividade. Os jesuítas, conhecidos à época como padres reformados, causaram boa impressão ao embaixador português e, por decorrência, ao soberano lusitano. No Brasil, a Companhia está presente desde 1549, com a chegada do padre Manoel da Nóbrega, quando é inaugurada a Província Brasília, subordinada a Assistência de Portugal. Ao logo do século XVI, muitos outros padres vieram para a América Portuguesa, entre eles foi Antônio Vieira.

Na Companhia de Jesus, além de aprimorar seus conhecimentos de leitura e escrita, Vieira também se dedicou ao canto. Além disso, participou dos autos encenados nas festas religiosas do calendário festivo da Companhia. Foi assim que aprendeu a cultuar os santos. O objetivo da ordem era selecionar para o seu quadro de missionários aqueles que estudavam desde meninos. Dentro dessa perspectiva, Vieira se enquadrou em todos os requisitos.

Num segundo momento desse capítulo apresentamos o rei Dom Sebastião, tema de vários sermões de Vieira, assim como de outros religiosos da Companhia. O mito do retorno do monarca - que desapareceu no Marrocos - cresceu em Portugal num momento em que a Coroa foi tomada por Castela. O nascimento do rei foi tão esperado que, após sua morte, seu retorno para salvar Portugal do domínio espanhol tornou-se sonho de cada lusitano.

A possível volta do rei foi narrada pelo sapateiro de Gonçalo Annes Bandarra que escreveu versos sobre o futuro de Portugal. Suas Trovas foram elaboradas nas primeiras décadas de 1500 e bastante disseminadas em Lisboa. Com seu apelo profético e messiânico, já que muitos esperavam para o século XVI a vinda do messias, a história contada pelo sapateiro ressalta as glórias, as dificuldades e o

destino de Portugal. Com o passar do tempo as *Trovas* se transformaram em “profecias” e na “Bíblia do sebastianismo”.

No terceiro momento desse capítulo apresentamos como foi o “político” Antônio Vieira. O jesuíta cursou Filosofia e Artes, estudou a *Suma teológica* de São Tomás de Aquino e aprimorou seu latim com a leitura de Virgílio, Ovídio, e Cícero. Tornou-se conhecedor da teologia cristã e especialista no Antigo e Novo Testamento. Quando escreveu o relatório anual ao Padre geral, em Roma, sobre a invasão holandesa, Vieira misturou política, crônica e religião. Após a Restauração de Portugal, Vieira torna-se principal conselheiro do rei.

No Capítulo 2 da presente pesquisa, “Portugal como Centro da Legitimação de um Reino”, trazemos o joanismo presente nos escritos de Antônio Vieira. Um dos grandes objetivos do jesuíta foi colocar D João IV como o rei esperado. Sendo assim, o grande reino de Portugal já possuía então o seu legítimo rei. Vieira utilizou-se das *Trovas de Bandarra* com o objetivo de fazer o povo reconhecer que o rei - que naquele momento ocupava o trono português - era legítimo. Isso se deve ao fato de naquele momento a oposição por parte dos súditos em relação à D João IV ser muito grande. Era então preciso influenciá-los a reconhecer o poder do soberano.

Por isso, enfatizou que os versos do sapateiro de Trancoso, se referiam a um rei vivo e não um que já estava morto. O jesuíta buscou não só legitimar D João IV em termos religiosos, mas também esboçou algum tipo de nacionalismo português. Dessa forma, seus escritos proféticos foram alvo de investigação e condenação pela Inquisição. Vieira também defendia Portugal como o Quinto Império.

Além disso, nesse capítulo relatamos obre a historiografia tratada sobre o tema. Desde a ideia do retorno de Dom Sebastião, o desejado, desaparecido em batalha no Marrocos até a defesa de que o rei encoberto fosse D. João IV. O trono de Portugal foi ocupado pelos espanhóis, já que o rei não tinha herdeiros. Nesse momento de insatisfação cresce a crença, apoiados pelas *Trovas de Bandarra* que o salvador que iria derrubar o jugo castelhano seria D. Sebastião. Com o passar do tempo, Vieira introduz que o rei encoberto é D. João IV e passa a defender a soberania da Casa de Bragança.

Alguns escritores relatam que a ideia joanista defendida por Vieira não foi muito bem aceita por parte do povo português que continuava fiel a D. Sebastião; por isso, muitos recusaram a reconhecer o novo rei. Após a morte de Dom João IV, Vieira deixa de ter os privilégios que detinha, por isso, alguns inimigos feitos durante

sua carreira, mais política do que religiosa, aproveitaram o momento para denunciá-lo de heresia. A carta enviada ao bispo do Japão motivou Vieira ao cárcere. Vulnerável à vingança daqueles que um dia ameaçou o poder do tribunal inquisitorial em Portugal. Antônio Vieira pagaria caro tanto por sua defesa dos cristãos novos, como pela carta enviada à rainha em que afirmava como sendo o Encoberto das Trovas do Bandarra, dom João IV ressuscitado, para comandar o Quinto Império do Mundo.

No terceiro capítulo, “Messianismo a Partir dos Escritos Políticos de Vieira”, destaca alguns sermões com traços messiânicos. Um deles, o Sermão de São Sebastião, pregado na igreja de São Sebastião, em Salvador, na Bahia, no dia em que se comemorava além do santo também o aniversário do rei Dom Sebastião. Vieira aproveitou para citar o rei encoberto e o seu retorno. Durante o sermão, a palavra Encoberto é citada 38 vezes. Já no sermão “Sermão dos Bons Anos”, Vieira apresenta uma mensagem com forte teor político e o seu principal personagem foi D. João IV. Além do tom extremamente religioso, o Sermão dos Bons Anos, exalta o reino de Portugal como também enfatiza o rei como o escolhido por Deus.

2 CAPÍTULO 1 – A COMPANHIA DE JESUS E SEU ENSINAMENTO NA VIDA RELIGIOSA E POLÍTICA DE ANTÔNIO VIEIRA

A ordem religiosa da qual participou Antônio Vieira foi uma das mais importantes do século XVI. O jesuíta ingressou aos 15 anos e não foi reconhecido como um gênio precoce, pois, tinha diversas dificuldades nos primeiros anos de estudo. Porém, com o passar do tempo conseguiu sobressair aos colegas tanto que foi escolhido como o porta voz da invasão holandesa na costa brasileira. A carta enviada aos superiores mostrou logo no início o quanto eloquente nas palavras o jovem noviço poderia ser.

2.1. Companhia de Jesus no Século XVI

Além de religioso, Vieira foi um político que em diversos momentos interferiu nas decisões do reino de Portugal. Por meio de sermões, cartas e outros documentos históricos conseguiu opinar e fazer parte da História de Portugal em diversas ocasiões conturbadas, inclusive na História da América Portuguesa. A primeira invasão holandesa no litoral brasileiro, por exemplo, foi acompanhada pelo olhar atento do jovem noviço. O fato foi relatado por ele em carta enviada à Companhia de Jesus em Portugal. A riqueza do texto com detalhes do ocorrido mostrou aos seus superiores o quanto eloquente o rapaz demonstrava ser, em uma descrição que iniciaria uma grande trajetória como escritor consagrado e um dos maiores da Língua Portuguesa na modernidade.

Considerado um dos maiores estudiosos de Antônio Vieira, o historiador João Lúcio de Azevedo conta que foi a mãe do jesuíta que o ensinou a ler e a escrever. Segundo o autor, o Colégio dos Jesuítas era o principal, se não o único, foco da vida intelectual da Bahia na época. De acordo com Azevedo (2015), “ali recebeu Antônio Vieira, chegada a idade própria, a instrução literária”.

Além de escola de primeira letras para a infância, e ao ensino teológico para os alunos já recebidos na Ordem, havia as classes preparatórias de artes e humanidades para os externos. Entre estes elegiam os padres o que por vocação, talento, fortuna, ou posição social julgavam aquisição valiosa; incutiam-lhes o amor da roupera e a aspiração de algum dia a revestirem; captavam-lhes a vontade com os afagos; perturbavam-lhes a juvenil consciência com as névoas do misticismo. Um dia vinha o prosélito, muitas

vezes a ocultas e contra as previsões da família, bater-lhes à portaria. (AZEVEDO, 1992, p.15)

E foi isso que ocorreu com Antônio Vieira. Um dia fugiu de casa para o colégio onde foi recebido de braços abertos pelo reitor, Fernão Cardim. Estava com 15 anos, era 5 de maio de 1623. “No dia seguinte aceitou o noviciato”, (AZEVEDO, 1992, p. 15).

Vieira não foi um gênio precoce. Como define Azevedo tinha diversas dificuldades nos primeiros anos de estudo. “Compreendia mal, decorava a custo, fazia com dificuldade as composições; em tudo aluno medíocre, com o que, já pundonoroso, muitas vezes se afligia”, (AZEVEDO, 1992, p. 16). Conta Azevedo que certo dia Vieira foi suplicar auxílio à Virgem das Maravilhas já quase desesperado com sua dificuldade nos estudos. No meio da oração, sentiu como um "estalo" em sua cabeça, acompanhado de uma dor muito forte que o prostrou por terra, dando-lhe a impressão de que iria morrer. Ao voltar a si, deu-se conta de que aquelas coisas, que antes pareciam inatingíveis e obscuras à sua inteligência, tornaram-se claras. Assim, Vieira percebeu a enorme transformação ocorrida em sua mente.

Ao chegar ao Colégio, pediu que o deixassem participar das disputas com os colegas. Para espanto dos mestres, venceu todos os companheiros com o brilho de seu raciocínio. Daí por diante foi o primeiro e mais distinto aluno em todas as disciplinas, tornando-se um dos maiores oradores sacros e escritores da língua portuguesa.

A Companhia de Jesus soube aproveitar a eloquência do seu noviço. Uma das ordens religiosas mais importantes e conhecidas em todo o mundo tinha como objetivo realizar uma moderna cruzada para converter os judeus e retomar Jerusalém ao domínio dos cristãos. Portanto, entendemos que a ordem não foi criada apenas para fins educacionais.

A Ordem foi fundada por Inácio de Loyola (1491-1556), em 1534, mas oficializada pelo papa Paulo III em 1540, confirmada pela bula *Regimini militantes Ecclesiae*. Inicialmente eram apenas seis padres, liderados por Loyola: o francês Pedro Fabro, os espanhóis Francisco Xavier, Alfonso Salmerón, Diego Laynez e Nicolau de Bobadilla e o português Simão Rodrigues. Com sede em Roma, a Companhia “era dividida em várias *Assistências*, que correspondiam, grosso modo,

ao território dos reinos e principados católicos da Europa, cada qual abrigando um número variável de províncias”, (VAINFAS, 2011, p. 36).

A Companhia de Jesus logo se espalhou pelo mundo. Em território português, a entrada dos jesuítas foi autorizada pelo então monarca D. João III (1502-1557). Com a autorização real, os primeiros padres começaram a chegar a meados de 1540. Entre eles, chegam a Lisboa o Mestre Simão Rodrigues e o Mestre Francisco Xavier, após os devidos acordos dos embaixadores portugueses com a cúpula dos jesuítas em Roma e com o próprio Papa. O pedido do soberano lusitano foi prontamente atendido porque o entendimento era que o serviço à Coroa católica era, por extensão, o serviço ao próprio soberano da Igreja.

Naquele momento a coroa lusitana era detentora do monopólio comercial com o Oriente e estava ampliando suas descobertas no Novo Mundo. “Esse processo de ampliação do Império Português já havia sido iniciado pelo monarca D. Manuel, no entanto foi D. João III que desejou conciliar essa nova fase de expansão comercial e territorial com o avanço do cristianismo”, ressalta Cantos (2009).

O rei, em carta a seu embaixador D. Pedro de Mascarenhas, dizia que o grande objetivo das conquistas portuguesas, tanto na Índia como em outros territórios, foi sempre a propagação da fé católica, motivo pelo qual ele financiava essa atividade. Os jesuítas, conhecidos à época como padres reformados, causaram boa impressão ao embaixador português e, por decorrência, ao soberano lusitano.

A ordem jesuítica, fundada em um momento de muitas perturbações, veio para disseminar o catolicismo por todas as regiões do mundo. A fase, marcada por muitas descobertas e pelas navegações, foi um momento propício para levar a mensagem da Igreja Católica e conquistar os locais mais distantes. As atividades desenvolvidas por esta sociedade religiosa alcançaram praticamente todo o mundo conhecido à época.

Os jesuítas atuaram em missões internas pela Europa, em missões pelas novas terras conquistadas ao cristianismo, atuaram na administração e manutenção de escolas, nos colégios, nas universidades e na atuação destacada no Concílio de Trento⁵. Todas as ações eram decididas e supervisionadas por uma administração

⁵ Décimo nono conselho ecumênico reconhecido pela Igreja Católica Romana foi uma reação da Igreja Católica à Reforma Protestante, iniciada por Martinho Lutero na primeira metade do século XVI. Foi convocado pelo papa Paulo III, em 1542, e durou entre 1545 e 1563. Teve este nome, pois foi realizado na cidade de Trento, região norte da Itália.

central em Roma, bem próxima ao centro do poder da Igreja Católica. A Companhia de Jesus logo se tornou um instituto religioso orgânico, administrativamente centralizado e diversificado em suas atividades.

Em 1549, com a chegada do padre Manoel da Nóbrega (1517-1570), é inaugurada a Missão no Brasil, como Província Brasília, subordinada a Assistência de Portugal. Em 31 de março de 1549, Nóbrega rezou a primeira missa. Para compreender melhor não só a língua dos índios, mas também os seus hábitos e costumes, o jesuíta Padre José de Anchieta escreveu a gramática chamada Artes da Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil.

Inicialmente, a vida dos jesuítas no Brasil era modesta. Mas com o passar do tempo a Companhia logo se tornou proprietária dos primeiros engenhos de açúcar com a utilização de mão de obra africana. De acordo com Vainfas (2011), a alimentação dos padres e irmãos era boa: carnes, pão, queijo, leite, frutas, conservas de abacaxi, marmeladas de ibás, abóbora e farinha de mandioca. Os estudantes eram mantidos pela Companhia, mas sem receber salário. Levavam uma vida sem luxo, mas com algum conforto. O Colégio estava localizado de frente para o mar, cercado de árvores frutíferas e plantas.

Com o passar do tempo, muitos outros padres vieram para o Brasil e também deram sua especial contribuição ao desenvolvimento dessa região. Engajaram-se não só no processo colonizador português na América, mas também na Ásia e na África. Assim como em Portugal, os jesuítas que aqui estavam preocuparam-se em fundar colégios, ação já determinada pela Companhia de Jesus. Seus integrantes tinham uma organização quase militar. Consideravam-se soldados da Igreja e achavam que deviam infiltrar-se em todas as atividades sociais e culturais, a fim de eliminar aqueles que pusessem em risco os princípios do catolicismo.

2.2 Dom Sebastião e o mito do sebastianismo

Dom Sebastião era tão desejado que no dia do seu nascimento, 20 de janeiro de 1554, a população de Lisboa saiu às ruas louvando e agradecendo a Deus pelo envio de um herdeiro para o reino. Poucos dias antes, seu pai, D. João, último filho homem e vivo de D. João III e de D. Catarina, havia falecido. D. Joana, mãe de D. Sebastião e irmã de Felipe de Espanha, deixou o filho aos cuidados dos sogros ao receber ordens para voltar para Castela.

Hermann (1998) relata que tanto no “púlpito como nas procissões os portugueses procuravam demonstrar aos céus sua infinita gratidão pela chegada daquele que, mais uma vez, reafirmaria a soberania de Portugal frente à Castela, ancestral postulante a direitos sucessórios da monarquia lusitana”.

O desejado foi coroado muito cedo, aos três anos de idade. Até completar a maioridade ficou sob a tutela do cardeal Dom Henrique, seu tio-avô paterno, e a avó, D. Catarina, assumiu a regência no período de 1557 a 1562.

Mas esse fato não agradou a Corte, pois D. Catarina era irmã do imperador Carlos V e tia de Felipe II de Espanha. Com a renúncia da rainha, o comando do governo português ficou nas mãos do cardeal D. Henrique. Somente em 1568, quando estava com quatorze anos, Dom Sebastião tornou-se rei de Portugal. E um dos seus objetivos era criar um império português no norte da África e combater os mouros em nome de Cristo. Recebeu o codinome de Desejado por ter mais uma vez afastado as pretensões espanholas de anexação de Portugal.

O nascimento de um varão português afastava, uma vez mais, a possibilidade de união dos reinos de Portugal e Castela, ambicionada pelos espanhóis havia séculos. Ansiado e festejado, recebeu de seus futuros súditos o codinome de Desejado, e sobre ele recaiu a imensa responsabilidade de retomar os caminhos gloriosos do reino que fora a vanguarda na expansão da fé cristã no Norte da África e a ponta de lança dos descobrimentos ultramarinos. (HERMANN, 2002, p. 7)

O jovem monarca cresceu em meio a disputas palacianas que se dividiram entre a forte resistência à influência espanhola na gerência da educação do menino rei, liderada pelo cardeal dom Henrique, e a constante ameaça castelhana representada pela rainha dona Catarina de Habsburgo, sua avó e tutora. Ao assumir o reinado, Dom Sebastião encontrou um reino politicamente instável e a nobreza dividida entre os que apoiavam o abandono das praças do Norte da África e aqueles que estimulavam a retomada do antigo e ousado sonho de fundação de um império português.

Em 1574 comandou uma primeira expedição contra o Marrocos e numa segunda, em 1578, e à frente de um exército de mais de 15 mil homens, desembarcou novamente no litoral marroquino. Na manhã do dia fatídico, 4 de agosto, na batalha de Alcácer-Quibir, após uma noite de ansiedade e expectativa, as forças portuguesas marcharam em direção ao inimigo.

A marcha começou simultaneamente dos dois lados. A ordem de D. Sebastião era de que nada fosse feito sem o seu comando. Isso, para alguns cronistas, foi a causa do desastre. Seu projeto terminou tragicamente e os portugueses foram esmagados pelas forças superiores do sultão Abd al-Malik que, ao contrário do soberano português, teria ordenado a disparar assim que avistassem os cristãos. Diante da hesitação de seu líder, os portugueses foram os primeiros a serem atingidos pelos inimigos. Apesar também da morte do líder dos mouros, o exército marroquino se recuperou e atacou os portugueses. Dom Sebastião, ferido, trocou de cavalo três vezes. E mesmo assim não se rendeu. O rei desapareceu misteriosamente em combate, quando tinha apenas 24 anos.

A notícia sobre a desastrosa campanha no Marrocos chegou em Lisboa entre os dias 10 e 11 de agosto. Para evitar maiores desastres a mensagem foi mantida em segredo. Àquela altura não se sabia ao certo sobre o paradeiro do rei. Cautelosos, os governadores decidiram ter certeza antes de tornar público os acontecimentos na batalha de Alcácer-Quibir, norte da África, fronteira com a Europa.

Devido ao seu desaparecimento e pelo fato de não ter deixado herdeiros para o reino, foi proclamado rei o Cardeal Dom Henrique, seu tio-avô, que assumiu a direção do trono por dois anos. Aos 66 anos e com a saúde já debilitada - provavelmente tuberculoso - o cardeal aceitou o cargo, conforme Hermann (1998), “pera aquietar o povo...”

Após a morte de D. Henrique e esgotada a linha masculina da casa de Avis, recorreu-se à feminina, mediante várias manobras da nobreza e dos espanhóis. Após disputa acirrada entre os pretendentes, assumiu o reino Felipe II, viúvo de uma filha de D. João III, que jurou respeitar a autonomia do reino português, que passava a estar “unido” à coroa de Espanha. Felipe II foi o primeiro soberano a tomar o trono português após duas dinastias lusitanas.

A derrota na batalha de Alcácer-Quibir e a crise dinástica colaboraram para o nascimento do mito do Sebastianismo. Jacqueline Hermann define-o como um “fenômeno múltiplo, complexo, fascinante e por vezes insidioso aos olhos da história, sempre encoberta por novas e possíveis grades de leitura, sua busca estará sempre limitada, parafraseando o grande historiador Carlo Ginzburg, pelo embate entre provas e possibilidades, pelos vários sentidos dos mitos, emblemas e sinais” (HERMANN, 1998, p 248).

2.3 O retorno do “Desejado” nas Trovas de Bandarra

Com o desaparecimento de D. Sebastião, o Desejado, surge uma crença difusa do seu retorno ao trono que pudesse resgatar Portugal dos usurpadores castelhanos. Sob o domínio espanhol, o mito sebastianista de que o jovem monarca voltaria para libertar seu povo crescia a cada momento. A convicção do seu retorno sobreviveu por três séculos como símbolo do nacionalismo português. Alcácer Quibir representava uma dupla e terrível derrota para os portugueses: depois de derrotados pelos mouros, viam-se submetidos aos espanhóis, exatamente os dois inimigos frente aos quais tinham conseguido firmar a independência do reino.

Na análise de Hermann (2000) o século para os portugueses acabara mais cedo após um período de glórias e conquistas que marcaram a sua história.

No rastro dessa perda, surgiu em Portugal uma crença messiânica que concentrava na figura mítica de um rei salvador as esperanças de redenção das privações do presente e projetava para o futuro a volta daquela que iria libertar os portugueses do jugo castelhano. Chamada de sebastianismo, essa crença conheceu modalidades variadas, tanto no reino como em seus territórios coloniais, e teve por base um messianismo de fundo judaico herdado dos séculos de convivência entre católico e judeus na península ibérica. (HERMANN, p 9, 2000)

O messianismo ganha força com a obra de Gonçalo Annes Bandarra (1500-1566) que escreveu versos sobre o futuro de Portugal. As Trovas foram elaboradas nas primeiras décadas de 1500 e, de acordo com seus autos, já em 1531 eram lidas em Lisboa, tendo grande inserção junto aos cristãos-novos, principalmente pelo seu apelo profético e messiânico, já que muitos esperavam para o século XVI a vinda do messias. O cronista foi perseguido e detido pela Inquisição, em 1541, mas recebeu penas leves, por não se ter conseguido provar nenhuma ascendência judaica, apesar de sua intensa relação com os conversos.

De acordo com Hermann (1998), a história construída pelo sapateiro ressalta as glórias, as dificuldades e o destino de Portugal. Com o passar do tempo as *Trovas* se transformaram em “profecias” e na “Bíblia do sebastianismo”. Para a autora, Bandarra pode não ter tido a intensão em transformar os seus escritos em algo profético, mas essa metamorfose estaria relacionada às questões políticas e,

por isso, diferente das preocupações vividas que motivaram o sapateiro a escrever seus versos.

Outra questão levantada pela autora em sua análise, está relacionada à autenticidade da autoria dos versos analisados. Apesar de o sapateiro ter afirmado que ele é o próprio autor das *Trovas*, é difícil saber se o texto analisado até hoje é o mesmo escrito por Bandarra. A primeira edição impressa é datada de 1602, publicada em Paris por D. João de Castro, opositor da dominação filipina sobre Portugal. Castro integrava o grupo dos emigrados que não aceitavam a dominação espanhola. Também estava comprometido com as questões sucessórias e com o sonho de grandeza do reino, identificando o rei apontado por Bandarra como D. Sebastião. Para Hermann esse foi um momento em que a crença no retorno do rei começou a se estruturar e ganhar espaço entre os letrados do reino. Bem como o aparecimento de “falsos Dom Sebastião”.

Em 1603, Dom João de Castro publicou também em Paris suas “Paráfrases e Concordâncias de algumas Profecias de Bandarra, Sapateiro de Trancoso”, na qual reafirmava suas esperanças no rei desaparecido. Em 1644 foi publicada em Nantes a primeira edição completa das *Trovas*, pelo fidalgo D. Vasco Luís da Gama, V Conde de Vidigueira e I Marquês de Niza, que identificava o D. João das *Trovas* com o duque de Bragança e rei de Portugal, D. João IV.

Hermann ressalta que as “profecias” de Bandarra deixam de ser reverenciadas a partir dos Séculos XVII. A explicação disso é que entre os anos de 1665 e 1727 a circulação das trovas passa a ser proibida pela Inquisição. No século XIX os escritos do sapateiro passam a ser novamente valorizados. Ainda conforme a autora, o fato do ressurgimento das trovas neste momento está ligado a um novo momento de perda de soberania com a invasão de Napoleão Bonaparte. (HERMANN, 1998, p. 54)

2.4 Antônio Vieira – o político

Padre Antônio Vieira nasceu em 6 de fevereiro de 1608, num lugar modesto de Lisboa, onde as casas eram umas grudadas nas outras. A nobreza Portuguesa não morava naquelas cercanias, (VAINFAS, 2011, p. 19). Entre sua ascendência não havia nobres, mas seu pai, Cristóvão Vieira Ravasco, se tornou fidalgo da Casa

Real na década de 1640, quando Vieira atuava como principal conselheiro político do rei d. João IV.

Cristóvão Ravasco veio para o Brasil, em 1609, como escrivão do Tribunal da Relação da Bahia. Deixou em Portugal a mulher e o filho Antônio, com um ano de idade. A mãe, Maria de Azevedo, não queria, na ausência do pai, o menino solto nas ruas, por isso, nos quatro anos que viveu somente em sua companhia, o manteve recluso. Saía de casa somente para assistir à missa. Foi ela que o ensinou a ler e escrever.

Em 1612, Cristóvão Revasco regressou à Lisboa. Após dois anos, em 1614, retornou para a Bahia para reassumir o cargo de escrivão no Tribunal de Relação. Porém, dessa vez com a família.

Entre ladeiras, igrejas e ruas da Bahia, a infância de Antônio parece ter sido, também ela, tortuosa. Com oito anos passou a frequentar a escola de “ler, contar e escrever”, no Colégio da Bahia, reservado aos filhos dos colonos portugueses. Os biógrafos asseveram, sem exceção, que Antônio era um aluno medíocre. (VAINFAS, 2011, p. 34).

Assim como Azevedo, Vainfas relata que Vieira sofria muito na escola por conta das suas dificuldades no aprendizado. O autor ressalta que é possível que tenha enfrentado dificuldades, no início dos estudos, para se adaptar aos métodos de ensino. Apreendeu a ler e escrever em casa, como já dissemos, por interferência de sua mãe. E, em 1623, aos 15 anos de idade, ingressou na Companhia de Jesus, como noviço, sendo acolhido pelo reitor, Padre Fernão Cardim (1540-1625), que convivera com José de Anchieta (1534-1597). Não demorou muito foi enviado por alguns meses para ajudar missionários na aldeia de São João.

Além de aprimorar seus conhecimentos de leitura e escrita, Vieira também se dedicou a “cantar no coro e a participar nos autos encenados nas festas religiosas do calendário festivo da Companhia”, (VAINFAS, 2011, p. 35). Aprendeu a cultuar os santos. A Companhia de Jesus tinha como objetivo fundamental selecionar para o seu quadro de missionários aqueles que estudavam desde meninos. E o perfil de Vieira se enquadrava em todas as exigências.

Em sua formação religiosa, Antônio Vieira, teve como apoio os *Exercícios espirituais* de Inácio de Loyola (1548). Dedicou-se à oração mental ou oral, à contemplação e ao exame de consciência. Os exercícios deveriam ocupar o tempo do jesuíta o mês todo. A cada semana a oração tinha um objetivo: eliminar da alma

as deformações causadas pelo pecado; confortar a Cristo na pobreza e no amor ao próximo; aderir de coração a Cristo e contemplar sua obediência até a morte na cruz e, por último, ressuscitar na nova vida revelada pelo Evangelho. A tudo isso Antônio Vieira se dedicou.

Além disso, os estudantes eram obrigados a assistir diariamente à missa e fazer exercícios espirituais de três dias. Com o tempo todo dedicado aos estudos e à oração, Vieira, nos dois primeiros anos de noviciado, quase não teve relações com o exterior. Além de praticar a memória decorando versículos do Antigo e Novo Testamento, o noviço recebia instruções de boas maneiras, lições de como usar as mãos e a voz, aulas sobre o modo de olhar, de se vestir e de rir. (VAINFAS, 2011, p. 37).

Antônio Vieira cursou Filosofia e Artes; estudou a *Suma teológica* de São Tomás de Aquino e aprimorou seu latim com a leitura de Virgílio, Ovídio, e Cícero. Além disso, estudou Teologia Moral com base no *Cursus Conimbricensis*, livro-texto sobre os “casos da consciência” e pesquisou sobre a Teologia Escolástica reservada aos futuros professores da Companhia. O estudante só não teve grau de licenciado porque o Colégio da Bahia não possuía status universitário.

A partir de então, tornou-se conhecedor da teologia cristã e especialista no Antigo e Novo Testamento. Aos dezoito anos escreveu comentários sobre passagens de Sêneca e Ovídio. Mas mesmo obtendo um curriculum qualificado, não chegava a ser comparado a um teólogo de boa formação na época. “A excepcionalidade de Vieira residia muito mais na sua inteligência acima da média, na sua enorme capacidade literária em língua portuguesa e no seu extraordinário talento oratório”, (VAINFAS, 2011, p. 38).

Seu talento para a escrita já havia chamado a atenção dos superiores da ordem. E, não foi por acaso que o noviço, ainda com 17 anos, foi escolhido para escrever um documento importante a ser enviado a Portugal sobre um fato ocorrido no Nordeste brasileiro. Em maio 1624, numa primeira tentativa de invasão às terras brasileiras, a Holanda fracassou. A notícia do ataque chegou em Lisboa após um mês e colocou o reino em alerta. O episódio que marcou a história do Brasil foi presenciado por Antônio Vieira que relatou o que viu na “Carta ânua” enviada para o geral da Companhia de Jesus, em Portugal, sobre o ocorrido. Azevedo (1992) ressalta que o escrito demonstrava “o cunho do escritor elegante e terso de anos mais culto”.

Com a luz do dia seguinte apareceu a armada inimiga, que repartida em esquadras vinha entrando. Tocavam-se em todas as naus trombetas bastardas, ao som de guerras (...) Divisavam-se as bandeiras holandesas, flâmulas e estandartes (...)

E tal foi a tempestade de ferro e fogo, tal o estrondo e a confusão que a muitos, principalmente aos poucos experimentados, causou perturbação e espanto, porque por uma parte os muito relâmpagos fuzilando feriam os olhos, e com a nuvem espessa de fumo não havia quem visse; por outra, o contínuo trovão da artilharia tolhia o uso da língua e das orelhas, e tudo junto, de mistura com as trombetas e mais instrumentos bélicos, era terror de muitos e confusão de todos. (AZEVEDO, 1925, p 15)

Em sua carta Vieira descreve o desespero dos moradores em fuga:

Mas, quem poderá explicar os trabalhos e lástimas desta noite? Não se ouviam por entre os matos senão ais sentidos e gemidos lastimosos das mulheres que iam fugindo; as crianças choravam pelas mães, elas pelos maridos, e todos e todos, segundo a fortuna de cada um, lamentavam sua sorte miserável. Acrescentava-se a este outro trabalho não menor, que, como forçadamente, para passarem avante, iam demandar um rio a que chamam Rio Vermelho, aqui se viam no aperto em que se viram os filhos de Israel no outro Mar Vermelho, quando fugiam do Faraó: porque o medo lhes representava os holandeses já nas costas, o rio lhes impedia a passagem, a noite dificultava tudo, e o susto chegava a todos. Pelo que, vendo-se em tanto aperto e perplexidade, sem tomar conselho, tudo era romper em ais e gemidos, com que feriam o céu e os corações dos que os ouviam. (VIEIRA, 1983, p.430)

A Carta Ânua – relatório anual que cada província jesuítica do mundo enviava ao Padre geral, em Roma – escrita por Vieira, misturou política, crônica e religião para falar sobre a tomada de Salvador pelos holandeses. E neste mesmo ano, o jesuíta iniciou seu trabalho como missionário no aldeamento do Espírito Santo. Na oportunidade utilizou os conhecimentos de “língua geral”, língua tupi gramaticalizada por Anchieta no século anterior, ensinada aos estudantes da Companhia.

Seu talento para a escrita e a oratória logo foi observado, sendo, como vimos, escolhido para a redação da “carta ânua” com apenas dezoito anos. Sua inteligência e habilidade retórica tornariam seus escritos e sermões fonte de atração permanente, a ponto de torna-lo o pregador oficial na Corte do futuro d. João IV. (Herman, 1998, p 224)

Para expulsar os invasores vieram ajuda de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Uma armada de 52 velas e tropas de desembarque. Por mar e por terra os holandeses foram cercados. Com a pressão feita foram obrigados a retornar para a Europa. Em seguida os jesuítas puderam retornar para a cidade. Em 5 de maio puderam celebrar com festa solene na sua igreja a vitória dos portugueses. Nessa época Vieira completara dois anos de noviço.

De acordo com Hermann, a ocupação durou quase um ano. A expulsão dos holandeses foi celebrada inclusive com sermões elogiosos a Filipe IV pela defesa da Bahia. Nem por isso deixaram os pregadores de reforçar o valor dos portugueses e insistir que o reino de Portugal era de Cristo e fora “escolhido para levar aos outros povos sua mensagem”. (HERMANN, 1998, p 223)

Mesmo antes de receber o sacramento da ordenação, nos anos de 1630, Antônio Vieira foi encarregado da pregação em diversas ocasiões. Em dezembro de 1634, na Sé de Salvador, tornou-se clérigo de ordens sacras com poder para falar em missas, ouvir confissões e ministrar os demais sacramentos. Em 1635, foi nomeado professor de teologia do colégio baiano. Dez anos mais tarde, aos 37 anos, fez o voto solene da Companhia de Jesus.

Enquanto no Brasil Vieira aprimorava sua extraordinária oratória, em Portugal, membros da Dinastia de Bragança, considerada pelos portugueses com símbolo da independência da Corte portuguesa e uma das mais expressivas de Portugal, se retiraram para o interior do país, após a dominação filipina.

E, em 1640, os holandeses mais uma vez pelejaram para conquistar a Bahia. Dois anos antes, no dia 16 de abril, desembarcou no Brasil, Maurício de Nassau, com 3.400 soldados europeus e mil índios auxiliares. Ele trabalhava para a Companhia das Índias Ocidentais ou WIC (sigla de West-Indische Compagnie, no idioma neerlandês ou holandês), quando veio administrar a colônia da Nova Holanda no Brasil, aos 33 anos de idade. Porém, ele não encontrou a cidade indefesa e nem a guarnição desanimada como relata Antônio Azevedo. Segundo o autor, dessa vez não se repetiram as humilhações que Vieira lamentara na Carta Ânua de 1626. Quarenta dias durou o sítio e o invasor foi obrigado a se retirar.

Em meio à ameaça de invasão, Antônio Vieira levou aos fiéis um sermão com o objetivo de fortificar os ânimos da população para lutar contra os hereges holandeses. Como se em um palco, o jesuíta lisboeta dirige-se indiretamente ao público exaltando logo no início de suas palavras que dentre todos os reinos do Mundo a nenhum é melhor que o Reino de Portugal; “e entre todas as províncias de Portugal a nenhuma vem mais ao justo que à miserável província do Brasil”. Vieira durante a pregação pela festa da vitória descreve como o inimigo se recolheu às embarcações durante a noite.

A segunda invasão holandesa coincidiu com o ano de Restauração da coroa portuguesa. De acordo com Hermann (1998), a notícia da vitória dos Braganças em

Portugal demorou um mês para chegar ao Brasil. Vieira em pregação realizada no dia de reis, na presença do vice-rei, enaltece a vitória de Felipe IV sobre a Catalunha. Sabemos que o jesuíta escrevia e pregava conforme a conveniência do momento. Percebe-se isso com muita veemência em vários de seus sermões em que opinava de acordo com a necessidade de quem estava no poder. Nesse momento, os Felipes ainda comandavam o reino de Portugal. Na ocasião, segundo a autora, o político religioso aproveitou para criticar os sebastianistas que, “adversários de Castela, usavam as trovas de Bandarra para pregar a volta do Escoberto, em 1640”. Segundo a autora, os versos de João de Castro, autor das “Paráfrases e concordâncias de algumas profecias de Bandarra, sapateiro de Trancoso” que “Segundo o firmal assenta: / Já se passam os oitenta/”, circulava naquele período na Bahia como “segundo o final assenta/ Já se cerram os quarenta (...) o rei novo é alevantado”. De acordo com a autora, para Vieira “este vaticínio uma quimera tola, pois Felipe IV tinha herdado a coroa e o sangue de D. Sebastião”. (HERMANN, 1998, p 223). Castro era opositor da dominação filipina sobre Portugal, comprometido com as questões sucessórias e com o sonho de grandeza do reino, identificando o rei apontado por Bandarra como D. Sebastião.

A ordem religiosa ao qual pertenceu Vieira também era contrária à presença dos Filipe no trono português. Por sua vez, Castela estava sempre atenta à importância dos sermões pregados junto à população em Portugal. O sermão atingia um maior número de pessoas na época se comparado a um livro por exemplo. De acordo com Hermann, preocupava a falta de apoio eclesiástico à causa filipina, principalmente devido à influência exercida pelo clero regular sobre o povo. Conforme a autora, apesar do empenho dos espanhóis enviados para atuar em Portugal, os sermões contrários à Castela continuaram a ser expostos junto ao povo durante todo o período espanhol. Mesmo assim, Hermann ressalta que o impasse entre os Filipes e uma parte dos representantes da Igreja não foi um problema para o reinado de Castela. (HERMANN, 1998, p 220)

Após enaltecer a vitória de Castela sobre os invasores holandeses, Vieira ainda não tinha sido comunicado que os Felipes não mais detinham o poder em Portugal. Neste momento retoma o trono D. João IV, herdeiro da família de Bragança, neto de Catarina de Bragança uma das candidatas ao trono quando D. Sebastião desapareceu no Marrocos. Em 1640, o rei esperado não havia voltado ainda, mas um novo Rei havia conseguido acabar com o domínio espanhol.

Segundo alguns estudiosos do período, neste contexto, as Trovas são reinterpretadas, e agora, o Encoberto que era antes identificado por D. Sebastião, passa agora a ser apontado como sendo D. João IV.

Para retratar o erro e mostrar apoio ao rei, Vieira viaja então para Lisboa, acompanhando o Vice-rei, Marquês de Montalvão, para saudar o novo soberano. Os biógrafos do jesuíta são unânimes em afirmar que houve, desde o início, profunda simpatia entre o D João IV e o jovem religioso. Sendo assim, o Jesuíta devido às novas circunstâncias históricas, passou a legitimar D. João IV como sendo o monarca escolhido para transformar a nação Portugal em uma grande potência.

Neste momento, esta nova interpretação das trovas, denominada pelos estudiosos de Joanismo, se firmou em Portugal, sendo Bandarra reconhecido oficialmente como profeta nacional. Conforme analisa Jacqueline Hermann:

Dom João IV, ao inaugurar o poder da Dinastia de Bragança, parecia confirmar os escritos do “profeta” de Trancoso, num momento de afirmação importante para a retomada da soberania portuguesa. Por hora registremos, pelo menos, que, quando de sua posse, o novo rei se dizia um ocupante temporário do trono, caso o rei recebesse a glória de ter de volta D. Sebastião. Quanto a Bandarra, no ano seguinte a restauração, passou a ser escrito em seu epitáfio, na igreja de São Pedro da vila de Trancoso: “Aqui jaz Gonçalo Annes Bandarra, que em seu tempo profetizou a Restauração deste reino”. (HERMANN, 1998, p 54)

A partir de então, o jesuíta torna-se principal conselheiro do rei. Para um monarca inseguro como era d. João IV, Vieira oferecia apoio inestimável, conforme analisa Vainfas

Dom João sempre fora muito hesitante em assumir a Coroa, mesmo na reta final da conspiração. Rejeitou até o fim a ideia de liderar uma sedição. Tinha colaborado em alguma medida com Felipe IV e parecia duvidar da capacidade agregadora da Casa de Bragança. Não estava totalmente convencido, enfim, de que ele seria um rei mais legítimo, em termos dinásticos, do que o monarca espanhol no poder. Feita a restauração e desbaratada a conspiração antibrigantina de 1641, foi Antônio Vieira quem se encarregou de convencer o rei de que ele era mesmo o rei legítimo de Portugal. (VAINFAS, 2011, p.98)

Entre o povo português havia uma intolerância em creditar a soberania de D João IV a frente do reino, após anos sob o domínio de Castela. Dessa forma, um dos grandes incentivadores de uma perspectiva joanista foi o Padre Antonio Vieira que em suas obras: “Carta ao Bispo do Japão”, “Esperança de Portugal”, “História do Futuro e Clavisphophetarum” defendia o Quinto Império mundial português, que seria alcançado pelo Rei D João IV, e tinha como prova as Trovas de Bandarra que segundo Vieira já tinham profetizado os acontecimentos da restauração portuguesa

e haveriam de cumprir o restante da profecia que seria a constituição do Quinto Império Mundial.

3 CAPÍTULO 2 – PORTUGAL COMO CENTRO DA LEGITIMAÇÃO DE UM REINO

Um dos grandes objetivos de Antônio Vieira foi legitimar o reinado de D João IV devido à rejeição por parte do povo quanto ao novo rei. Vieira utilizou-se então das Trovas de Bandarra para levar ao povo o reconhecimento de que a nação já tinha o seu soberano. Na sua concepção, os versos do sapateiro de Trancoso, se referiam a um rei vivo e não um que já estava morto.

3.1 Joanismo presente em Antônio Vieira

A legitimação do reinado de d. João IV foi uma das grandes causas do jesuíta Antônio Vieira. Desde o primeiro encontro com Vieira, o rei o tratou com simpatia e permitia-lhe opinar em assuntos políticos. O historiador João Lúcia Azevedo, conforme relata Hermann, enfatiza que o poder alcançado por Vieira durante a presença de D. João IV estava relacionado ao “espírito dominador do primeiro e à tiebieza que sempre marcou as ações do segundo”. (HERMANN, 1998, p 224)

Captando desde o primeiro instante a simpatia de D. João VI, Antônio Vieira instalava-se ao mesmo passo na corte. Não como fidalgos e criados que por obrigação do cargo habitavam com o rei, mas visitante assíduo, estimado pela conversação viva, atendido pela lúcida compreensão dos negócios do Estado. (AZEVEDO, 1992, p 53).

Os privilégios alcançados durante do reinado de D. João IV reuniu contra Viera um número grande de inimigos. Por várias vezes, alguns deles tentariam intriga-lo junto ao rei, mas o jesuíta era tão favorecido que o monarca não lhes dava ouvidos. A vingança promovida pelos contrários aos ideais do jesuíta só iriam alcançar vitória somente após a morte desse monarca.

A obra profética de Vieira, de acordo com alguns historiadores, esteve entrelaçada com sua posição política nos anos 1640. E isso pode ser observado em seu primeiro discurso proferido em 1642 na capela real e, provavelmente, também pela primeira vez em Lisboa. Neste momento a voz do orador precisava ser de

auxílio bem-vindo. Entre os que ouviam o orador estavam seguidores de Castela, aos mal inclinados ao novo Governo e os patriotas exaltados, que não esqueciam as hesitações de D. João IV antes de aclamado. Em seu discurso tentava demonstrar que o esperado Encoberto era não D. Sebastião morto, mas sim D. João IV vivo.

Mas ainda que concedamos que os Portugueses não souberam esperar, não lhes neguemos que souberam amar, e com muita ventura; que talvez buscando a um rei morto, se vêm a encontrar com um vivo. Morto buscava a Madalena a Cristo na sepultura, e a perseverança e amor com que insistiu em buscá-lo morto, foi causa de que o Senhor lhe enxugasse as lágrimas e se lhe mostrasse vivo. Grande exemplar temos entre mãos! Assim como a Madalena, cega de amor, chorava às portas da sepultura de Cristo, assim Portugal, sempre amante de seus reis, insistia ao sepulcro de el-rei D. Sebastião, chorando e suspirando por ele; e assim como a Madalena no mesmo tempo tinha a Cristo presente e vivo, e o via com seus olhos e lhe falava e não o conhecia, porque estava encoberto e disfarçado, assim Portugal tinha presente e vivo a el-rei nosso senhor, e o via e lhe falava e não conhecia. Porquê? – Não só porque estava, senão porque ele era o encoberto. Ser o encoberto e estar presente, bem mostrou Cristo neste passo que não era impossível. E quando se descobriu Cristo? Quando se manifestou este Senhor encoberto? Até esta circunstância não faltou no texto. Disse a Madalena a Cristo: *Tulerunt Dominum meum*: «Levaram-me o meu Senhor»; e o Senhor não lhe deferiu. *Nescio ubi posuerunt eum*: queixou-se que não sabia onde lhe puseram; e dissimulou Cristo da mesma maneira. *Si tu sustulisti eum*: «Se vós, Senhor, o levastes, *dicito mihi*, dizei-mo»; e ainda aqui se deixou o Senhor estar encoberto sem se manifestar. Finalmente, alentando-se a Madalena mais do que sua fraqueza permitia, e tirando forças do mesmo amor, acrescentou: – *Et ego eum tollam*: «E eu o levantarei.» E tanto que disse – eu o levantarei: *Ego eum tollam*, então se descobriu o Senhor, mostrando que ele era por quem chorava; e a Madalena o reconheceu e se lançou a seus pés. (SERMÃO DOS BONS ANOS, 1642)

Antes, no Brasil, Vieira chegou a pregar o sebastianismo e, por conveniência política, tentou associar o mito do rei encoberto ao rei Filipe IV de Espanha. Nesse período, Vieira defendia aquele mito, mas faltava-lhe um personagem. Mas após a Restauração, alguns historiadores são unânimes e creditam seu pensamento profético em favor de d. João IV. O rei encoberto enfim foi descoberto para a honra de Portugal. Dessa forma, o jesuíta buscou não só legitimar o rei em termos religiosos, mas também esboçou algum tipo de nacionalismo português.

Hermann (1998) enfatiza que o Jesuíta transformou o sebastianismo em joanismo e fez de Dom João IV o rei esperado das profecias de Bandarra. Por isso, seus escritos proféticos foram alvo de investigação e condenação pela Inquisição, “pois continham explícita influência de um difuso messianismo de fundo judaico que ainda sobrevivia entre os letrados, mas de um século depois do estabelecimento da Inquisição em Portugal”, (Hermann, 1998).

Alcir Pécora (2002), por exemplo, ressalta que a aproximação do jesuíta de D. João IV promoveu a segunda leva dos seus escritos. Neste momento, Vieira torna-se um de seus mais influentes e validos e embaixador extraordinário nas tentativas de paz com Espanha e Holanda. Um dos temas adotados por Vieira em suas produções, segundo o autor, refere-se à legitimação popular de D. João IV, mediante a transferência para o novo rei da identidade misteriosa da figura do Encoberto, que, até então, animava as expectativas de retorno de D. Sebastião.

Godoy (2005) ressalta que Vieira foi um grande defensor da autenticidade de Bandarra. Suas trovas sedimentaram a construção da sua obra *História de Futuro* e das suas crenças. Godoy também compartilha da opinião de que o jesuíta acreditou que D. João IV era o rei encoberto.

Outra estudiosa que associa a ligação do Padre Antônio Vieira com o sebastianismo é Mary Del Priore (1997). Cita que o historiador Flávio de Campos explica que o jovem rei Dom Sebastião, morto em 1578 no Marrocos durante a batalha de Alcácer-Quibir, sem deixar herdeiros, passou a “encarnar o mito do rei ‘encoberto’”. E como consequência, Portugal é anexado à Espanha.

Dom Sebastião teve sua vida cercada de expectativas. Nascido logo após a morte do pai, foi recebido com festas que brindavam a continuidade da casa de Avis. Várias especulações surgiram. Muitos acreditavam que o rei não morrera, mas estava preso na África pelos muçulmanos. Outros, relata Priore, afirmam que estava cativo na Espanha ou na ilha encantada de Avalon, e retornaria com a ajuda do rei Artur e das nove tribos perdidas de Israel para instaurar o Quinto Império.

Priore (1997) esclarece que o aparecimento de tantos outros reis “encobertos” está diretamente relacionada com às precárias condições de vida nesse período. A morte de Dom Sebastião estimula as crenças messiânicas. Segundo ela, a União Ibérica consolidou o poder das elites agrárias e forçou a maioria da população a viver na miséria. Dessa forma, o sebastianismo expressa o descontentamento de grupos submetidos à miséria. Diante de tanta pobreza pouco significou para essa camada da população a conquista das Índias ou o descobrimento do Brasil.

Mesmo com o fim do domínio espanhol, em 1640, a crença sebastianista continua a fazer parte do imaginário português. Isso ocorreu não só em Portugal, mas também na América Portuguesa. Del Priore relata que o Padre Antônio Vieira defendia “piamente no retorno do ‘encoberto’ e na realização das profecias contidas nas *Trovas*”.

A historiadora refere-se às *Trovas de Bandarra*, escritos pelo sapateiro Gonçalo Anes, em que além de criticar a Igreja, a corrupção, a injustiça e a decadência, também pregava a vinda de um rei “encoberto”, fundador do Quinto Império, que traria a justiça e a lei. Na concepção de Vieira, os quatro primeiros impérios eram, pela ordem: os Assírios, os Persas, os Gregos e os Romanos. O quinto seria o Império Português. O jesuíta baseou-se no livro de Daniel, capítulo 2 do Antigo Testamento. De acordo com a Bíblia, narrada pelo profeta, o rei Nabucodonosor II teve um sonho com uma estátua erguida com cinco tipos de materiais.⁶

O primeiro império do mundo, que foi o dos assírios, e dominou toda a Ásia, também foi o mais oriental: dali passou aos persas, mais ocidentais que os assírios, dali aos gregos, mais ocidentais que os persas, dali aos romanos, mais ocidentais que os gregos; e como já tem passado pelos romanos, e vai levando seu curso para o ocidente, havendo de ser como é de fé, o último império, aonde pode ir parar, senão na gente mais ocidental de todas, que são os portugueses? (VIERIA, 1983, p 162 e 163)

O Quinto Império foi uma forma de legitimar o movimento autonomista português, que conseguira o fim da União Ibérica. A chamada trilogia profética vieirina, reunindo a Carta ao Bispo do Japão, a História do Futuro e a Clovis Propheratum, vislumbrava o caminho para a glória portuguesa e a fundação do Quinto Império ou da Quinta Monarquia, sob o comando de um rei glorioso. (HERMANN, 2008)

Para Eduardo Hoornaert (1974) a ideia central de Antônio Vieira é de um reino de Deus por Portugal. “O povo português é o povo eleito por Deus para estabelecer o seu reino neste mundo. Cada português recebe uma vocação especial, diferente da vocação dos outros povos”. O historiador explica que a crença surge da leitura do profeta Daniel. “Mas nos dias destes reis o Deus do céu suscitará

⁶ No seu segundo ano de reinado, o Nabucodonosor teve um sonho que o deixou perturbado. Convocou magos, encantadores, feiticeiros e astrólogos para que lhe dissessem o que ele havia sonhado, mas nenhum deles foi capaz de decifrá-lo. No sonho havia uma grande estátua de quatro partes principais. A cabeça era de ouro, o peito e os braços, de prata e o ventre e os quadris, de bronze. As pernas de ferro se apoiaram em pés feitos de uma mistura de ferro e barro. De repente, uma grande pedra, cortada sem ninguém tocar nela, esmagou os pés da estátua, e então esmagou o resto da imagem. O que restou da estátua foi levado pelo vento, mas a pedra se tornou em uma montanha que encheu a terra toda. O único que conseguiu interpretar foi Daniel que relatou que grande estátua do sonho do rei foi composta de quatro partes principais. Daniel as identifica como quatro reinos, começando com a própria Babilônia (a cabeça de ouro). Depois da Babilônia, teria uma sucessão de mais três reinos humanos. O próximo reino seria inferior à Babilônia, e foi representado pelo peito e os braços de prata. O terceiro seria maior, exercendo domínio “sobre toda a terra”, ou seja, durante o quarto império.

um reino que não será jamais destruído; esse reino não passará a outro povo: esmiuçar e destruirá todos estes reinos mas ele mesmo substituirá para sempre”.⁷

Hoornaert analisa que Vieira aplica o texto bíblico sucessivamente ao reino de Dom João IV. Para este historiador, a visão messiânica e entusiasta de Vieira faz com que ele passe por cima de todas as contradições, todas as tragédias humanas das quais é testemunha, todas as manifestações de egoísmo por parte da coroa portuguesa: Deus luta com Portugal contra os holandeses, mas quando os holandeses tomam a cidade de São Luís do Maranhão, por exemplo, isso é “castigo de Deus”. Segundo o historiador, Vieira viveu numa época em que as convicções eram sólidas, as verdades incontestes, as boas intenções acima de qualquer suspeita.

Portugal aguardava o regresso do rei morto e Antônio Vieira em seus sermões utilizava sua retórica para convencer o povo de que D. João IV era o escolhido como forma de legitimar o seu Governo.

De acordo com Vainfas (2011)⁸, na década de 1630, o sebastianismo de Vieira era tímido e incerto. Chegou até mesmo condenar os sebastianistas em um de seus discursos quando exultava a causa dos Filipe durante a vitória sobre os holandeses, sem saber que a dinastia de Bragança naquele momento tinha novamente restaurado a coroa para as mãos dos portugueses. Mas com inteligência Vieira soube reparar o erro. Ganhou a simpatia do rei e da rainha, d. Luísa de Gusmão, de quem se tornaria confessor e admirador.

Envolvido em política dos pés a cabeça, Vieira media as palavras antes de falar em público. “Cautela demasiada. Ambição excessiva”.⁹ A primeira manifestação sobre o tema em seus escritos foi quando pregou o sermão “Sebastião Encoberto” de uma forma metafórica, na igreja do Acupe, no recôncavo baiano. Era dia de São Sebastião, 20 de janeiro de 1634, e também aniversário de D. Sebastião que se ainda estivesse vivo completaria 80 anos.

Explicitamente o sermão tratava de São Sebastião, mas implicitamente citava D. Sebastião, o Encoberto. Vainfas (2011) ressalta que o sermão foi o único texto em que Vieira se “declarou” sebastianista. “O certo é que o sebastianismo de Vieira permaneceu, também ele, “encoberto”, e só veio à tona em 1641, em versão

⁷ Daniel 2:44

⁸ Ler mais em Perfis Brasileiros “Antônio Vieira”, por Ronaldo Vainfas, 2011, p 66

⁹ Idem

renovada do velho bandarrismo, então direcionado para a legitimação de d. João IV, primeiro rei do Portugal restaurado”. (VAINFAS, 2011, p 67)

Em artigo publicado na Revista Mosaico, o historiador Milton Moura (2014) coloca elementos biográficos e literários do jesuíta português procurando desvendar os caminhos da construção que elaborou, ao longo de sua longa vida, sobre o Império lusitano. De acordo com o historiador, com o objetivo de Portugal tornar-se o Quinto Império do mundo, conforme sua leitura das Escrituras, Vieira propõe a adoção de estratégias mercantilistas. Sua concepção de governo é ao mesmo tempo teológica e pragmática, vendo a realização do Império em meio a circunstâncias desfavoráveis e considerando a própria fragilidade de Portugal.

No seu artigo, Milton Moura reflete sobre a questão de como poderia um jesuíta que se mostra ardente na manifestação de sua fé, familiarizado com a tradição teológica cristã e com os clássicos, fazendo uso engenhoso dos alcantis e reentrâncias encontrados nesse imenso acervo, manter sua convicção acerca da validade teológica da afirmação da especialidade do Império no plano divino? Outras duas perguntas vêm completar a anterior: Com que recursos contou? E em que condições operou no sentido de construir seu edifício retórico-político-teológico?

Cita que um elemento que desponta aqui tanto como facilitador de compreensão é a longevidade. Entre seu nascimento em Lisboa, em 1608, e sua morte em Salvador, em 1697, experimentou períodos em Portugal, na Bahia, no Maranhão e em Roma, seja representando diplomaticamente D. João IV e a realeza lusitana recém-restaurada, seja para escapar das sentenças da Inquisição. Sua vida sofreu mudanças radicais em termos de legitimação e prestígio, de possibilidades de divulgação de seu pensamento e de poder efetivo de influência na condução dos negócios do Império.

Segundo ele, na juventude, entre Bahia e Pernambuco, Vieira mostra trato familiar tanto com os autores clássicos, vendo-se referências múltiplas aos gregos, como Heráclito, e aos romanos, como Ovídio e Sêneca. Mantinha-se igualmente ligado à tradição teológica e filosófica medieval, bem como acompanhava as discussões que se desdobravam de forma polêmica na Europa.

Em contrapartida, desde o início de sua vida como orador e assessor político, manifestou sem timidez uma intuição que, no curso de sua prolongada biografia, veio a constituir um corpus místico de certezas que, na sua pena, aparecem como uma fortaleza inabalável: Portugal é o quinto dos cinco impérios prefigurados nas

Sagradas Escrituras. Esta é a sentença que se colocaria como espinha dorsal de sua *História do Futuro*.

O sebastianismo pode ser compreendido como a contrapartida mística deste sonho e projeto, cultivado inclusive pela Companhia de Jesus já quando se interrompeu subitamente a dinastia de Avis, precisamente quando os negócios dos portugueses iam tão bem e a prosperidade se apresentava como uma bênção divina aos projetos de expansão e colonização.

Para Moura (2014) a alta conta em que era tida a Companhia de Jesus vinha desde o estabelecimento da Província de Portugal pelo próprio Inácio de Loyola, em 1546, durante o período de D. João III. Confirmar constantemente que o rei D. Sebastião não havia falecido – apenas desaparecera – foi uma estratégia exitosa tanto no meio da aristocracia e do clero quanto nos ambientes burgueses e populares. Isto equivalia a reafirmar a perenidade e grandeza do Império. A ausência do régio cadáver ocasionou e proporcionou uma forma singular de culto à lusitanidade, o que só pode ser compreendido em suas dimensões se considerarmos o vexame que significou, para boa parte dos portugueses, a submissão à coroa de Espanha por nada menos de seis décadas.

Vieira passa a gozar da convivência frequente de D. João IV e familiariza-se rapidamente com o ambiente da corte, à qual permanece ligado até a morte do rei em 1656. É convidado a ser preceptor do príncipe herdeiro, Teodósio. No ano seguinte, já é pregador na Capela Real, configurando-se como um ministro poderoso, assessor político e religioso do rei, marca sua presença com ousadia, sem economizar arestas; inevitavelmente, conquistando tanto amigos e admiradores quanto inimigos e detratores.

É nesse período, em vigoroso exercício da representação diplomática e da assessoria política, que vão tomando corpo temas que seriam mais tarde organizados, com maturidade, no formato de livros que despertaram muita polêmica.

No âmbito político, Vieira não mediu viagens, cartas, discursos, sermões e exposições de motivos no sentido de propiciar a realização dos projetos de que era partidário. Sua atuação foi importante no processo de legitimação de D. Afonso VI, ainda que este, com a morte de Teodósio, fosse o primeiro na linha sucessória da casa de Bragança. Ou seja, a primazia e legitimidade plena do monarca não se configurava, para Vieira, apenas como um simples direito divino. No contexto do pensamento político e religioso da modernidade nascente, desde a segunda metade

do século XVI, o rei teria que corresponder a algumas exigências para que sua legitimidade pudesse ser reconhecida e sua figura fosse reverenciada.

Na descrição de Azevedo a questão do sebastianismo para Vieira não era tão insignificante. No aniversário de D. João IV, no dia 19 de março, o jesuíta fala mais uma vez sobre o assunto. Nesta data, os católicos também comemoram o dia de São José. E mais uma vez o político religioso aproveita a oportunidade para fazer uma comparação “ousada” e “sutil”. Queria motivos para tal coincidência. O rei era protegido pelo mesmo santo que amparou Cristo quando criança.

Questão foi mui duvidada entre os Antigos, qual dia desta vida era mais feliz; se o primeiro, se o último; se o do nascimento, se o da morte. Daqui veio, que seguindo várias gentes várias opiniões, umas se alegravam nos nascimentos, outras os celebravam com lágrimas: umas se entristeciam nas mortes, outras as solenizavam com festas. Chegou finalmente a dúvida ao tribunal de el-rei Salomão, o qual inclinando-se à parte que parecia menos provável, resolveu que melhor é o dia da morte, que o dia do nascimento: *Melior est dies mortis die nativitatis* [Mais vale ir a uma casa em luto do que ir a uma casa em festa. *Eclesiastes 7, 2*]. Com isto estar resoluto, e definido assim na Escritura, hoje parece que temos a mesma questão ou concordada, ou ressuscitada; porque estamos por mercê de Deus em um dia tão glorioso por uma morte, tão feliz por um nascimento, que bem se pode competir dentro em si mesmo, ou a vencer feliz suas glórias, ou a vencer glorioso suas felicidades. Consagrou-se este dia às glórias do Céu com a morte do maior santo que nele reina, o divino Esposo da Virgem Maria, S. José: e consagrou-se outra vez o mesmo dia às felicidades de Portugal, com o nascimento felicíssimo do mais desejado rei, e mais benemérito, el-rei nosso senhor D. João, o Quarto, para que sobre os trinta e oito, que hoje conta, continue por muitos e mui compridos anos as prosperidades que goza. Morre hoje José, e nasce Sua Majestade. Que ventura tão recíproca! Nem José, morrendo, podia deixar no mundo melhor substituto: nem Sua Majestade, nascendo, podia entrar no mundo com melhor planeta. (VIEIRA, 1642)

De acordo com Hermann (1998), é possível perceber traços do sebastianismo nos escritos de Vieira desde 1634 no famoso Sermão de São Sebastião. O Jesuíta não deixa explícito no texto a presença do monarca desaparecido na batalha de Alcácer Quibir. Alguns historiadores acreditam que o motivo precípua de não deixar evidente o caráter sebastianista no sermão deve-se ao fato de no momento em que o prega, a dinastia filipina governava o reino português e, naturalmente, os Filipes espanhóis indispunham-se contra o sebastianismo.

A propósito, casos anteriores de falsos “D. Sebastião” tiveram triste fim, com severa punição dos falsários e dos principais envolvidos. De fato, o sebastianismo surge motivado por um sentimento anticastelhano e visão sobre a União Ibérica como ato de usurpação do trono português. Desde D. João de Castro – o primeiro a

escrever obra, publicada em 1602, na qual anunciava o retorno de D. Sebastião –, o sebastianismo foi ganhando adeptos entre a cultura letrada, especialmente membros da Companhia de Jesus. (Drummond/2008). Hermann (1998) informa que neste Sermão, Vieira estruturou de tal modo seus argumentos que parece impossível não velo como um sebastianista.

Partindo da diferenciação entre a bem-aventurança no céu e na terra, Vieira utilizou a dicotomia descoberto/encoberto para introduzir a história e a glória de São Sebastião. Afirma que, enquanto as bem-aventuranças no céu é descoberta, a bem-aventurança na terra é encoberta, assim como Deus, encoberto debaixo dos trajes vis da pobreza, das nuvens tristes das lágrimas e dos horrores macilentos da fome. Andam assim, no mundo encobertos os bem-aventurados, e “assim viveu, quando vivia nele, (...) aquele famoso Encoberto, cujas saudosas e gloriosas memórias hoje celebramos, o Ilustríssimo, e Invictíssimo Confessor de Cristo São Sebastião”. Suposto esse fundamento, Vieira decidiu resumir seu discurso em duas palavras: “Sebastião Encoberto”. (HERMANN, 1998, p 228)

A afirmação da legitimidade e procedência divina do Quinto Império, para Vieira, nem sempre coincide com a observação da prosperidade e do bom sucesso dos negócios lusitanos. A glória de Portugal se afirma como projeto e necessidade, diversas vezes, justamente em meio a circunstâncias adversas, mesmo vexatórias. O limite entre a certeza e a obsessão parece não existir nesta mente tão prodigiosa e inquieta. Talvez reste muito ainda por capturar de sua compreensão do seu século, sobretudo a partir da construção que elabora do Império. É possível que o lançamento de sua Obra Completa venha favorecer um estudo mais aprofundado de seu legado, mesmo considerando a dificuldade representada pelas suas dimensões.

Para Besselaar (1981), a ideia do Quinto Império sofreu influências no messianismo hebraico. Este deve ter vindo a Vieira por dois caminhos diferentes. Um deles, de carácter bíblico, é fácil de abonar: o dos abundantes textos messiânicos e apocalípticos do Velho Testamento. O outro, de ordem existencial, é bastante difícil de documentar com precisão, mas nem por isso menos importante: o das vivas esperanças messiânicas dos judeus, que, durante a sua longa residência na Península, aí deixaram profundos vestígios, apesar de toda a segregação e a despeito de todas as perseguições.

O povo português conservava-se fiel a D. Sebastião; e não faltou quem se recusasse a reconhecer o novo rei, temendo ser desleal ao antigo, ao verdadeiro. Padre Vieira esforçava-se por demonstrar com alegorias, antigos processos da

literatura primitiva do cristianismo, que D. João IV não era senão o verdadeiro D. Sebastião, o verdadeiro *encoberto*; “apesar de, como rei aparente, ser outro, uma sombra, um meio, um instrumento, um *fetiche*”.

Besselaar (1987) escreve que ao aproximar-se o ano de 1660, tudo em Portugal respirava sebastianismo. Segundo o historiador, o Padre André Fernandes, bispo eleito do Japão e confessor da Rainha Regente, escrevendo em fins de 1658 ou inícios de 1659 uma carta ao seu confrade Vieira, então missionário no Maranhão, tocou nesse clima de ansiedade geral que reinava na metrópole. Perdeu-se a carta do bispo, mas chegou até nós a resposta de Vieira. É a famosa carta intitulada: *Esperanças de Portugal. Quinto Império do Mundo* [...], concluída pelo autor a 29 de Abril de 1659. Da primeira via se fez uma cópia em São Luís, a qual foi enviada para Lisboa, onde ainda hoje se conserva na Torre do Tombo, constituindo o documento básico do processo inquisitorial de António Vieira. O jesuíta, segundo o historiador, não odiava ou detestava os sebastianistas - antes tinha dó deles.

Propenso a dar importância demasiada às suas intervenções, resolveu-se, ao tomar conhecimento do sebastianismo, a intervir na questão a favor de D. João IV, esperando, sem dúvida, poder decidi-la. Basselaar analisa que o tom da sua longa carta é firme e resoluto, revelando um sentimento de superioridade quase compassiva com aquela seita teimosa. O autor defendia nela a tese da ressurreição de D. João IV, baseando-se na Bandarra.

Na segunda parte, Vieira passa a enumerar e descrever as futuras façanhas do Encoberto: ele socorrerá o Papa apertado pela invasão dos Turcos na Itália, conquistará Constantinopla e a Terra Santa, e será eleito Imperador da nova Monarquia. Conduzirá as dez tribos perdidas ao Papa, que as acolherá no seio da Igreja — episódio do Bandarra que muitos Sebastianistas costumavam preterir, mas que Vieira, nas pegadas do seu profeta, realça com muito vigor.

Em seguida, Vieira prova com diversos textos do Bandarra que o Rei aclamado em 1640 é idêntico ao Monarca do Quinto Império. Segue-se um trecho em que ele responde a objeções eventuais. A primeira é: não é difícil crer na ressurreição de um morto? A resposta do autor é breve: a ressurreição de um morto não é coisa tão excepcional como muita gente pensa —facto provado pela história antiga e moderna da Igreja. A segunda objecção: em que termos predisse Bandarra a ressurreição do monarca defunto? Exatamente nos mesmos termos, responde Vieira, que a Bíblia usa: o despertar do sono. Depois, o autor contempla o leitor

ainda com dois corolários. No primeiro, mostra que a ressurreição do Encoberto foi profetizada não só pelo Bandarra, mas também por alguns outros profetas. No segundo, prova que a análise objetiva das trovas do Bandarra exclui D. Sebastião como o Encoberto prometido.

Finalmente, Vieira, conjecturando pelas trovas do Bandarra, julga provável que os grandes acontecimentos se iniciem na era de sessenta, tendo o seu apogeu em 1666. Segue-se ainda um breve epílogo em que ele, fazendo suas as palavras usadas pelo Bandarra na sua Dedicatória ao bispo da Guarda, encomenda a sua explicação das trovas ao confrade.

Sem ser uma grande obra literária, a carta de Vieira é leitura agradável, como analisa Besselaar, escrita num estilo claro, e vivo e inconfundivelmente vieiriano: períodos bem balanceados e variados, em que alternam o natural e o imprevisto, reparos irónicos, habilidade persuasória e, como sempre, uma grande dose de «engenho». A carta é um oásis na literatura geralmente enfadonha dos sebastianistas.

Conforme Besselaar, o público continuava a ler e comentar a carta de Vieira, sem saber que os Inquisidores dela se queriam aproveitar para ajustar contas com o jesuíta, que, no reinado de D. João IV, tanto fizera para diminuir o poder do temível Tribunal.

Dom João IV morreu no dia 6 de novembro de 1656. Nesse momento, Vieira estava no Brasil à frente das missões do Pará e Maranhão. Dois anos depois, em abril de 1659, para conforto da rainha, D. Luísa de Gusmão, foi quando o jesuíta enviou-lhe uma carta por meio de Dom André Fernandes, seu confessor, Bispo nomeado do Japão. Mais uma vez o jesuíta descreve que as trovas do Bandarra são verdadeiras e não mais o rei desaparecido em batalha, mas seria D. João IV que haveria de ressuscitar. Ele pretende provar no decorrer da carta suas afirmações. A carta “Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo” foi escrita no caminho de Belém do Pará, retornando de uma expedição missionária junto aos índios Nnhengaíbas, do Marajó. O texto tem como base o silogismo: “O Bandarra é verdadeiro profeta; O Bandarra profetizou que el-Rei D. João o 4º há de obras muitas cousas que ainda não obrou, em pode obrar senão ressuscitando: Logo, El-Rei D. João o 4º há-de ressuscitar.” (VIEIRA, 1998, p 100)

Entre as profecias de Bandarra citadas por Vieira para legitimar a ideia de que Dom João IV iria ressuscitar está a visão de que havia de levantar em Portugal antes

de 1640 uma “grã tormenta” que iria influenciar todo o reino, mas que logo seria “amansada e que tudo se havia de Calar”. Além disso, Vieira relata que o profeta que os portugueses iriam desejar mudança de estado e que esse desejo seria no ano de 1640. “E que nesse ano de 40, havia de haver um rei, não antigo, senão novo; não que se introduzisse ele, senão levantado pelo Reino..., e que este Rei se havia de pôr logo em armas e levantar suas bandeiras contra Castela”:

Já o tempo desejado
é chegado,
segundo firmal assenta;
já se chegam os quarenta,
que se amenta,
por um Doutor já passado.
O Rei novo é levantado,
já dá brado,
já assoma sua bandeira contra a grifa parideira,
lagomeira,
que tais pastos tem gostado (VIEIRA, 1998, p 102)

No entendimento de Vieira, “grifa” significa Castela e “grifa parideira” está relacionado ao fato de partos e casamentos que fizeram de Castela herdar tantos reinos e estados do qual também Portugal fez parte. Ao longo de todo o texto Vieira o jesuíta faz comparações e a todo momento cita as profecias para justificar sua tese. No trecho “Vejo, vejo, direi, vejo agora que estou sonhado semente del-Rei Fernando fazer um grande despejo. E sair com grão desejo, e deixar a sua vinha, e dizer. ‘Esta casa é minha, agora que cá me vejo!’”, o jesuíta ressalta que Dom João IV é o quarto neto de Fernando e isso vem a comprovar a teoria que as trovas de Bandarra mencionavam sobre ele.

O trecho “Sucedeu a el-Rei João, em possessão, o calvário por bandeira. Levá-lo-á por cimeira, etc” para Vieira um claro sinal de que é João IV o sujeito que falam nas profecias.

Portugal aguardava o regresso do rei morto e Antônio Vieira em seus sermões utilizava sua retórica para convencer o povo de que D. João IV era o escolhido como forma de legitimar o seu Governo.

3.2 Inquisição

A carta enviada ao bispo do Japão motivou Vieira ao cárcere. Pécora (2000) ressalta que “embora a carta fosse escrito privado, alguma notícia dela logo chegou à Inquisição lisboeta, que a mandou requerer ao confessor”. O documento foi lido em alto mar por seus adversários colecionados ao longo dos anos em que esteve envolto com a política do reino.

Agora, sem a presença protetora do rei o jesuíta se tornou vulnerável a vingança daqueles que um dia ameaçou o poder do tribunal inquisitorial em Portugal. Antônio Vieira pagaria caro tanto por sua defesa dos cristãos novos, como pela famosa Carta ao Bispo do Japão, escrita em 1659, três anos depois da morte de dom João IV, na qual afirmava ser dom João IV ressuscitado, o Encoberto das Trovas do Bandarra (que para ele tinham valor de profecias), futura cabeça do Quinto Império do Mundo.

Vainfas (2011) relata que Vieira não desconfiava que o Santo Ofício, “na surdina, preparava sua vingança”. E alheio à cilada sendo arquitetada por seus inimigos, o jesuíta continuou a escrever cartas sobre política e guerra. “Animava-se com as recentes vitórias portuguesas contra a Espanha, prevendo para breve paz entre os reinos. Tratava com entusiasmo da missão maranhense, criticando a cobiça dos colonos e de seus protetores na Corte”. (VAINFAS, 2011, p 223) .

A carta enviada à rainha na qual pregava a ressurreição de Dom João foi motivo de sobra para o Santo Ofício incriminá-lo como herege. Os inquisidores, segundo Vainfas, intimaram Dom André Fernandes a se apresentar ao tribunal munidos com a *Esperança de Portugal* , mas como o religioso se encontrava enfermo apenas enviou o manuscrito. O Conselho Geral do Santo Ofício solicitou então o parecer pela Inquisição em Roma.

“O parecer dos qualificadores romanos foi duro: condenou as trovas do Bandarra pelo “odor de judaísmo” que nelas havia, bem como sua divulgação; condenou o escrito de Vieira como temerário, “repleto de falsidades” e muito abusado” no uso da Sagrada Escritura”. recomendou que o autor do texto fosse interrogado como suspeito de heresia . (VAINFAS, 2011, p 224).

Em 1663 foi pela primeira vez chamado a depor no Tribunal do Santo Ofício de Coimbra sem saber ao certo quais eram as acusações. Daí até a sentença, em 1667, são quatro anos e trinta sessões de “exames” inquisitoriais, sendo que, encarcerado em setembro de 1665, nos dois últimos anos Vieira comparece na condição de réu preso. Porém, antes disso, conforme os Cadernos do Promotor do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, o religioso político já havia sido denunciado desde 1649, contudo, somente em 1660 dá-se início ao processo inquisitorial movido contra ele.

Assim que tomou conhecimento das acusações, Vieira buscou apoio da rainha. Como ainda desfrutava de alguma proteção, o primeiro interrogatório, previsto para 1661, teve de ser adiado. Contudo, as considerações feitas por ele na carta *Esperança de Portugal* foram motivos suficientes para que o Santo Ofício o incriminasse. Sobretudo quando o assunto principal se referia à ressurreição de Dom João IV para conduzir Portugal à frente do Quinto Império.

Para piorar ainda mais a situação do jesuíta frente ao Santo Ofício, outra denúncia foi imputada contra Vieira. Dessa vez, o frei beneditino Jorge de Carvalho, diante do tribunal de Lisboa no dia 5 de abril de 1663, acusou-o de um livro que ainda não tinha escrito, mas “tinha composto a ideia”. O título da obra *Clavis prophetarum* (Chave dos Profetas), considerada por muitos como a mais importante obra profética e utópica do jesuíta. O livro, segundo ele, revelava sobre o tempo de duração da igreja a partir de “cálculos complicadíssimos, “no qual se cruzavam os 33 anos e três meses da vida de Cristo com os anos do Jubileu do Antigo Testamento, ‘que eram cinquenta”, do que resultava o número de mil seiscientos e cinquenta e dois anos e meio”. (VAINFAS, 2011, p 226).

De acordo com Vainfas (2011) a denúncia era vaga e não muito clara. Mas nem por isso o Santo Ofício ignorou a acusação e resolveu solicitar da Inquisição de Coimbra uma possível arguição do réu sobre o que seria a *Clavis prophetarum*. Vainfas relata que um dos inquisidores de Lisboa afirmou que o Santo Ofício “nada tinha para fazer acerca de um livro que não tinha sido escrito...”.

Vieira foi acusado de “proposições heréticas, temerárias, mal soantes e escandalosas”. No processo consta ainda que em 1667, o jesuíta foi privado “para sempre de voz ativa e passiva e do poder de pregar, recluso no Colégio ou Casa de sua religião, de onde não sairia sem termo assinado pelo Santo Ofício, assinar um

termo onde se obrigava a não tratar mais das proposições de que foi arguido, nem por palavra nem por escrito, pagamento das custas”.

Conforme Vainfas (2011), “os inquisidores só condenariam Vieira à morte caso ele desafiasse a Inquisição de maneira frontal, como fizera antes, quando contava com a proteção do rei. Hipótese muito remota, como bem sabiam os inquisidores”. (VAINFAS, 2011, p 231).

Derrotado, no final de 1666, Vieira viu que Dom João não ressuscitaria jamais. Um ano depois, nas audiências, mostrou-se arrependido e disposto a renegar sua crença na ressurreição do Encoberto. “Nada mais havia para fazer ou esperar. Vieira, no fundo, mantinha suas ‘esperanças’, mas achou por bem abandoná-las na Mesa do Santo Ofício”, (VAINFAS, 2011, p 236).

A leitura da sentença, no dia 23 de dezembro de 1667, demorou mais de duas horas e no dia seguinte foi lida no Colégio. “O réu, por motivos de saúde, foi autorizado a abandonar a sua reclusão no Colégio de Coimbra e a ir para a Casa do Noviciado de Lisboa. Por súplica do provincial da Companhia de Jesus, dirigida ao Santo Ofício, foi solicitada a anulação e perdão das penas que lhe foram impostas”. O pedido foi aceito por despacho do Conselho Geral do Santo Ofício, de 12 de junho de 1668. No dia 30 de junho, o réu foi chamado à Casa do Despacho da Inquisição de Lisboa, onde lhe foi comunicado o respectivo perdão e assinou o seu termo. Em Agosto de 1669, Vieira partiria para Roma com licença do Rei.

4 CAPÍTULO 3 - MESSIANISMO A PARTIR DOS ESCRITOS POLÍTICOS DE VIEIRA.

Como já dissemos, este trabalho procurou destacar os traços messiânicos observados nos escritos políticos do jesuíta Antônio Vieira. A análise de seus textos e sermões nos faz observar dois momentos na vida literária do jesuíta em que ele trata do assunto. Na primeira, Portugal ainda estava sob o jugo castelhano. Os Felipes detinham o poder nesse momento. Ora Vieira exaltava Dom Sebastião, ora defendia a causa dos Felipes. Já numa segunda etapa, os relatos tomam um novo rumo de ideias. Após a Restauração de Portugal, com o início da Dinastia de Bragança e, com a tomada do poder por D. João IV, o joanismo toma o lugar do sebastianismo nos escritos do político religioso.

Percebemos que num primeiro momento, em seus textos iniciais da sua longa trajetória como catedrático da língua Portuguesa não havia um personagem senão D. Sebastião para salvar o trono lusitano das mãos dos castelhanos. Em um dos sermões pregados em Salvador, no ano da Restauração, 1640, com a vitória de Portugal, diante da ameaça holandesa nota-se que o jesuíta lisboeta refere-se à legitimação do reinado de D. Filipe III, que por hora comandava o reino português. Contudo, a presença de D. João IV representou em seu discurso, após assumir o trono, o verdadeiro destaque em suas palavras levadas aos seus ouvintes.

Em todos os momentos da vida, o grande empenho de Antônio Vieira foi legitimar o trono de Portugal como sendo o verdadeiro reino de Deus. Como exemplo, o Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda foi pregado em 1640, em Salvador, um tempo em que a nação lusitana ainda era comandada por Castela. Essa foi a segunda vez que os holandeses tentam penetrar na Bahia. Em meio a esse alvoroço, e a iminente invasão dos “hereges”, conforme narra Antônio Vieira, o texto é pregado na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda.

Para exemplificar a situação de seu povo, o jesuíta, assim como faz em diversos dos seus sermões, utiliza referências bíblicas para exemplificar algo que acontece com Portugal. Dessa vez utiliza a peregrinação do povo de Israel no deserto. Acredita ele ter sido melhor ter ficado escravo no Egito a passar por todas aquelas aflições. Assim como Portugal antes não ter conquistado o Brasil.

Assim como os hebreus conquistaram sua terra prometida, os portugueses encontraram a sua. Uma justificativa para a colonização ou ocupação do território denominado por eles de América. Com a iminência da invasão holandesa, Vieira cobra de Deus que expulse de sua terra os hereges. Em um dos momentos, Vieira diz:

Se acaso for assim — o que vós não permitais — e está determinado em vosso secreto juízo, que entrem os hereges na Bahia, o que só vos represento humildemente, e muito deveras, é que, antes da execução da sentença, repareis bem, Senhor, no que vos pode suceder depois, e que o consulteis com vosso coração enquanto é tempo, porque melhor será arrepender agora, que quando o mal passado não tenha remédio. Bem estais na intenção e alusão com que digo isto, e na razão, fundada em vós mesmo, que tenho para o dizer. Também antes do dilúvio estáveis vós mui colérico e irado contra os homens, e por mais que Noé orava em todos aqueles cem anos, nunca houve remédio para que se aplacasse vossa ira. Romperam-se enfim as cataratas do céu, cresceu o mar até os cumes dos montes, alagou-se o mundo todo: já estaria satisfeita vossa justiça, senão quando ao terceiro dia começaram a boiar os corpos mortos, e a surgir e aparecer em multidão infinita aquelas figuras pálidas, e então se representou sobre as ondas a mais triste e funesta tragédia que nunca viram os anjos, que homens que a vissem, não os havia. (VIEIRA, 1640)

É uma queixa indignada, que em momentos torna-se ironia. Vieira utiliza inúmeros recursos para demonstrar que se sente desamparado, cobrando uma ação divina imediata. Como argumento, defende a superioridade da Igreja católica, especialmente em relação aos protestantes holandeses.

Muita razão tenho eu logo, Deus meu, de esperar que haveis de sair deste sermão arrependido, pois sois o mesmo que éreis, e não menos amigo agora, que nos tempos passados, de vosso nome: Propter nomen tuum. Moisés disse-vos: Ne, quaeso, dicant: "Olhai, senhor, que dirão." E eu digo e devo dizer: Olhai, senhor, que já dizem. Já dizem os hereges insolentes com os sucessos prósperos, que vós lhes dais ou permitis: já dizem que porque a sua, que eles chamam religião, é a verdadeira, por isso Deus os ajuda e vencem; e porque a nossa é errada e falsa, por isso nos desfavorece e somos vencidos. Assim o dizem, assim o pregam, e ainda mal, porque não faltará quem os creia. (VIEIRA, 1640)

No Sermão de São Sebastião, por exemplo, um dos mais importantes do autor, pregado na igreja homônima, em Salvador, na Bahia, no dia em que se comemorava o santo, o jesuíta deixa transparecer sua ideia sebastianista para conduzir o povo a aceitar o reino de Portugal como legítimo. Era janeiro de 1634, o jesuíta aproveitou o momento para exaltar as esperanças dos sebastianistas que defendiam a tese do regresso do rei perdido nas areias de Alcácer Quibir. Em vários momentos, o jesuíta defendeu o retorno do rei Encoberto.

Em seus escritos, Antônio Vieira expressou durante várias vezes crenças sebastianistas em importantes textos. Um deles é um “Discurso em que se prova a vinda do Senhor Rei D. Sebastião”. Essas crenças, que apenas deixarão de existir na obra do jesuíta lisboeta depois da Restauração, marcam o “sermão a São Sebastião” de forma especial: não explicitamente, mas sempre alusivamente. Neste artigo, analisamos as estratégias discursivas por meio das quais se insinua o sebastianismo no referido sermão, pregado na Bahia, em 1634.

A palavra Encoberto é citada 38 vezes em toda a estrutura do sermão. Vieira chega ainda mencionar São Sebastião o santo comemorativo como Encoberto. Justifica o adjetivo porque primeiramente “encobriu a realidade da vida debaixo da opinião da morte”. Para todos, segundo o Jesuíta, Sebastião estava morto, mas na verdade e na realidade estava Sebastião vivo. Assim saiu Sebastião daquela batalha, e assim foi achado depois dela: na opinião morto, mas na realidade vivo. E isso é o que esperavam os sebastianistas: o retorno do rei desaparecido em batalha para salvar a nação dos castelhanos.

Para Azevedo o sermão era uma sátira do sebastianismo. “Quando não tenha outro valor, o discurso vale como documento curioso de quanto a seita estaria em efervescência na ocasião”. Todo o discurso envolve duas palavras *Sebastião* e o *Encoberto*.

Porque foi São Sebastião o encoberto porque o encobriu a realidade da vida debaixo da opinião da morte... Ó milagre! Ó maravilha da providência divina! Na opinião de todos era Sebastião morto, mas na verdade e na realidade estava Sebastião vivo, ferido sim e mal ferido, mas depois das feridas curado; deixado sim por morto de dia na campanha, mas de noite retirado dela, com vozes sim de sepultura e de sepultado, mas vivo, são, valente e tão forte como de antes era. Assim saiu Sebastião daquela batalha e assim foi achado depois dela: na opinião, morto. Mas na realidade, vivo. (VIEIRA, 1634)

Compartilhamos com a ideia de Azevedo a alusão feita pelo jesuíta, segundo a qual era uma evidência ao rei perdido na África. “A cada passa uma referência, que tinha dois sentidos, a *Sebastião o encoberto*. Até em um acerca de Jonas, diz que, tido por morto, está encoberto na ilha encoberta: a ilha era a baleia. Tudo de princípio, a fim no sermão segue esta linha”. (AZEVEDO, p 36)

Mais maravilhosamente foi encoberto Sebastião que José, porque em José estava a opinião em Canaã, e a realidade em Egito. Em Sebastião não assim. A opinião e a realidade, tudo estava na mesma Roma: dentro em Roma encobria Sebastião a realidade de vivo com a opinião de morto. Na opinião de Irene, e na de Diocleciano, estava morto, mas em si mesmo

estava vivo. Houve aqui, sem ressurreição, a mesma maravilha da ressurreição de Cristo. No mesmo horto do sepulcro falava Cristo com a Madalena; no mesmo caminho de Emaús falava Cristo com os dois discípulos; e bastava um disfarce de hortelão ou de peregrino, para que em Cristo se encobrisse a realidade de vivo, e na Madalena e nos discípulos se continuasse a opinião de morto. Também estes tinham profecias bem claras, mas eram incrédulos. Onde está, ó incrédulos, a memória dos três dias de Jonas, que ainda não são passados? Quando os marinheiros de Jope viram a Jonas engolido da baleia, e a baleia sorvida do mar, sem aparecer, deram todos a Jonas por morto; mas que importava que Jonas estivesse morto no conceito dos homens, se ele estava vivo - ainda que encoberto - no ventre da baleia? Que coisa era aquela grande baleia no meio do mar, senão urna ilha Enante, em que ninguém podia tomar porto, que já parecia, já desaparecia? Mas, encoberto Jonas nesta ilha encoberta, por mais que a opinião o tenha por morto, como passarem os dias e as noites da profecia de Cristo, ele desembarcará vivo e com assombro nas praias de Nínive. Assim apareceu Sebastião ao imperador Diocleciano, como diz admiravelmente o nosso texto: *Cujus aspectu, cupi ille primum obstupuisse, quod mortuum crederet*: Ficou pasmado e assombrado Diocleciano quando viu diante de si vivo a Sebastião, a quem ele tinha por morto; mas isso mesmo foi ser Sebastião o verdadeiro encoberto, pois nos olhos do imperador do mundo, e nos do mesmo mundo, pôde encobrir a realidade da vida debaixo da opinião da morte: *Opinione mortuum, vivum repertum*. (VIEIRA, 1634)

Além de *Desejado*, D. Sebastião também recebeu o codinome de o *Encoberto*. Por isso, percebemos que a utilização do termo corrobora com a ideia de Vieira compartilhar com a crença sebastianista. Logo nas primeiras considerações o jesuíta deixa claro sua intensão, ou seja, o assunto do sermão é *Sebastião*, o *Encoberto*. Isso nos faz refletir, antes mesmo de uma leitura minuciosa, que assunto a ser tratado deverá defender o ponto de vista do religioso político uma ideia que não está explícita. O texto faz referência tanto ao santo como também ao rei desaparecido em batalha no Marrocos.

Dentro dessa cadeia de associações Davi, Jonas, Absalão, 'encoberto' nesse sermão de Vieira. Assim, nessa cadeia de associações – Isaac, José (filho de Jacó), Cristo, Jonas e José (seguidor de Cristo), Nicodemo, e Husai – com o santo romano, há um último e implícito termo associado: D. Sebastião, o monarca português da dinastia de Avis, morto e desaparecido na batalha de Alcácer Quibir, ocorrida em 1578, mas acreditado pelos sebastianistas vivo e escondido, aguardando o momento certo para retornar à pátria como messias salvador.

No momento em que foi pregado, em 1634, Portugal era governado pela dinastia filipina e, por serem contra a qualquer manifestação sebastianista, Vieira tenha usado cautela ao explicitar sua ideia a cerca do rei desejado, Encoberto, que retornaria para salvar a nação portuguesa das mãos dos seus inimigos. Antes de

mais nada, o jesuíta estava envolvido em política dos pés a cabeça e tinha cautela para não desagradar os governantes.

Não só Antônio Vieira, mas os demais jesuítas acalentaram a ideia sebastianista em todo tempo de reinado dos Filipes. Um salvador que viria salvar o reino da opressão estranha e, dom Sebastião, desaparecido em batalha, era para eles o escolhido. Também fazia parte da Companhia de Jesus, Simão Gomes, o *Sapateiro Santo*, ao qual superava apenas Bandarra, o profeta máximo da seita do sebastianismo.

Ao findar o domínio de Castela, Vieira, no seu primeiro sermão pregado na Capela Real e possivelmente na Europa – “Sermão dos Bons Anos” (1642) —, apresenta uma mensagem com forte teor político. A partir da Restauração, a crença nos escritos de Bandarra cresceu grandemente, mesmo com a nação portuguesa não estar mais sob o jugo espanhol. E para legitimar o reinado de D. João IV, Vieira foi um dos defensores de que o rei seria então o tão esperado salvador descrito nas *Trovas*.

Desde o primeiro encontro com o rei, o jesuíta gozou de grande simpatia por parte do monarca. Tanto que passou a ser um dos seus principais, senão o principal, conselheiro. Com o passar dos anos, Vieira se tornou um grande influenciador nas decisões do reino. Como resposta a esse privilégio, o religioso passou a influenciar os seus ouvintes quanto ao ocupante do trono português como sendo o legítimo herdeiro, do qual há anos foi tratado nas *Trovas* de Bandarra. E na oportunidade de seus sermões fez de D. João o rei escolhido não só pelo povo, mas também por providência divina. Além do tom extremamente religioso, o Sermão dos Bons Anos, exalta o reino de Portugal como também enfatiza o rei como o escolhido por Deus.

No caso do Sermão dos Bons Anos ressalta que a liberdade de Portugal está ligada à providência divina. Sem citar profecias e insinuar que todas elas são conhecidas pelos seus ouvintes.

Não quero referir profecias do bem que gozamos, porque as suponho mui pregadas neste lugar e mui sabidas de todos; reparar sim e ponderar o intento delas quisera. Digo que ordenou Deus que fosse a liberdade de Portugal, como os venturosos sucessos dela, tanto tempo antes e por tão repetidos oráculos profetizada, para que, quando víssemos estas maravilhas humanas, entendêssemos que eram disposições e obras divinas, e para que nos alumiasse e confirmasse a fé onde a mesma admiração nos embaraçasse. (VIEIRA, 1642)

Assim como faz em quase todos os seus sermões, as passagens bíblicas estão sempre presentes para chegar a algum objetivo, nem sempre religioso, as vezes político. No Sermão de São Sebastião, que analisamos, fez muito isso referindo-se a grandes personagens da Bíblia para legitimar a ideia messiânica, não explícita, mas subentendido nas entrelinhas. Neste caso não é diferente. O jesuíta cita o Salmo 40 em que Davi reforça a dependência de Deus em momentos de dificuldade. Assim como Portugal, o salmista passou por um período de terrível angústia, em que se sentia como que preso em um charco ou pântano. Por mais que tentasse, não conseguiria sair. Davi expôs então tal frustração ao Senhor e confiou em Sua força.

Segundo Vieira, em a liberdade de Portugal já estava profetizada, mas muitos não creram nela, e mesmo sendo uma realidade a partir da Restauração, muitos ainda duvidavam. O jesuíta cita uma passagem em Cristo alega a seus discípulos que este a quem fala o rei Davi é Jesus. “Eu sou este de quem aqui fala David (que assim explicam o lugar Santo Agostinho, Ruperto, Teofilato e outros); e digo-vos isto antes que aconteça, para que depois de acontecer o creiais.”

Quis Deus que fossem tantos anos antes e tão vulgarmente profetizados estes sucessos, não tanto para os esperarmos futuros, quanto para os crermos presentes; não para nos alentarem a esperança antes de sucederem, mas para nos confirmarem a fé depois de sucedidos. Haviam de suceder as cousas de Portugal, como sucederam, de tão prodigiosa maneira, que, ainda depois de vistas, parece que as duvidamos; ainda depois de experimentadas, quase as não acabamos de crer: pois profetize-se esta venturosa liberdade e ainda o nome felicíssimo do libertador, muito tempo antes – *priusquam in utero conciperetur* –, para que entre as dúvidas dos sentidos, entre os assombros da admiração, peçam os olhos socorro à fé e creiam o que vêem por profetizado, quando o não creiam por visto. (Sermão Bons Anos) (VIEIRA, 1642)

O jesuíta ressalta ainda que por duas razões os homens se conversem facilmente em alguma coisa: “ou por muito dificultosas, ou por muito desejadas; o desejo e a dificuldade fazem as cousas pouco críveis”. Vieira compara a incredulidade de Sara diante da promessa de um filho feita por Deus quando esta estava com 90 anos e estéril e também Pedro que em poder de Herodes e seus soldados se encontravam em grade dificuldade. Assim como a esposa de Abraão e o apóstolo negaram os feitos do Senhor, assim também a nação portuguesa desejosa tanto de liberdade e mais ainda o retorno do rei desejado, D. Sebastião, esperava ainda a vinda do salvador desaparecido em batalha quando a Restauração tinha virado uma realidade.

Em sua exposição, o jesuíta postula que assim como Sara era de fato estéril, bem como era possível a nação portuguesa - esterilizada e atenuada na décima sexta geração – havia de ter um descendente que lhe suceda.

E como os sucessos de nossa restauração eram matérias de tão dificultoso crédito, que, ainda depois de vistos, parecem sonho e quase se não acabam de crer, ordenou Deus que fossem tanto tempo antes, como tão singulares circunstâncias e com o nome do mesmo libertador profetizadas, para que a certeza das profecias desfizesse os escrúpulos da experiência; para que, sendo objeto da fé, não parecesse ilusão dos sentidos; para que, revelando-as tantos ministros de Deus, se visse que não eram inventos dos homens: *Ne homo videretur machinator hujus nominis, quod vocatum est ab angelo, priusquam in utero conciperetur.* (VIEIRA, 1642)

Diante do descrédito por parte na nação lusitana, Vieira torna-se - em função de protegido e conselheiro do monarca responsável pela vitória de Portugal - o maior defensor do reinado de D. João IV. Para isso, utiliza sua oratória para convencer os súditos de que o tão aguardado salvador estava entre eles vivo e não morto como D. Sebastião. Artifícios em seus sermões não faltaram. Como exemplo em Bons Anos, o jesuíta enaltece a imagem de João Batista. Em seu nascimento os vizinhos daquelas montanhas já diziam “que havia de ser o menino pessoa notável e que esperavam grandes venturas em seus maiores anos”. Ao relatar a grandiosidade do pregador judeu, o jesuíta aproveita para ressaltar também o grande monarca português.

Grande simpatia tem a mão de Deus com o nome de João. Bem o mostrou o Senhor na feliz aclamação de Sua Majestade, que Deus nos guarde, como há-de guardar muitos anos, pois aos ecos do nome de João, despregou da cruz o braço o mesmo Cristo, assegurando-nos que, assim como a mão de Deus estivera com o primeiro João da Judeia, assim estava e havia de estar sempre com o quarto de Portugal: *Etenim manus Dominis erat cum illo.* Bem experimentámos esta assistência nos sucessos que referi, e em todos os felicíssimos do ano passado, que em todas as cousas que Sua Majestade pôs a mão, pôs também a Divina a sua. E se estes ou semelhantes efeitos da mão de Deus foram bastantes prognósticos para uns montanhese rústicos, assaz claro foi o modo de prognosticar que segui, falando entre cortesãos tão entendidos. Nem aqui também nos faltou o Evangelho; porque, se nos confirmou a primeira razão com o mistério do nome de Jesus, agora nos prova a segunda com o da circuncisão, da qual dizem comumente os Doutores, que aquele pouco sangue que o Senhor derramou hoje no presépio, foi sinal e como penhor de haver de derramar todo na cruz; que, como Deus é liberal com onnipotência e bom sem arrependimento, o mesmo é fazer um benefício menor, que penhorar-se a outros maiores. E se estes benefícios que da divina mão temos recebido, se podem chamar menores, os maiores quão grandes serão! (VIEIRA, 1642)

Para Vieira não podia haver incredulidade nas ações de Deus. “E já que vai de esperanças, não deixemos passar sem ponderação aquelas palavras misteriosas

da profecia: *Inspérate ab insperato redimeris*". A Restauração seria feita por um rei não esperado, mas Portugal há muito aguardava pelo retorno do rei que desaparecera e sem deixar um filho herdeiro. D. Sebastião era o desejado, mas estava morto, e D. João IV, vivo reinava após a vitória lusitana frente os castelhanos. A partir daí, em sua defesa, o jesuíta faz uma crítica àqueles que ainda aguardam a volta do monarca encoberto:

De propósito reparei nelas, para refutar com suas próprias armas alguma relíquia, que dizem que ainda há daquela seita ou desesperação dos que esperavam por el-rei D. Sebastião, de gloriosa e lamentável memória. Diz a profecia: *Inspérate ab insperato redimeris*: «Que seria remido Portugal não esperadamente por um rei não esperado.» Segue-se logo, evidentemente, que não podia el-rei D. Sebastião ser o libertador de Portugal, porque o libertador prometido havia de ser um rei não esperado: *Inspérate ab insperato*; e el-rei D. Sebastião era tão esperado vulgarmente, como sabemos todos. Assim que os mesmos sequazes desta Opinião, com seu esperar, destruíram sua esperança; porque quanto o faziam mais esperado, tanto confirmavam mais que não era ele o prometido; podendo-se-lhe aplicar propriamente aquelas palavras que S. Paulo disse de Abraão: *Contra spem in spem credidit*, que «creram em uma esperança contrária à sua mesma esperança»; porque pelo mesmo que esperavam, tinham obrigação de não esperar. (VIEIRA,1642)

Mais uma vez, o pregador utiliza um personagem bíblico para confirmar sua crença joanista. Madalena buscou Cristo morto em sua sepultura, mas o encontrou vivo. O amor que a mulher tinha pelo seu Senhor fez com ele enxugasse suas lágrimas e mostrasse que estava vivo. Assim também, seguindo Vieira, Portugal, “sempre amante de seus reis, insistia ao sepulcro de el-rei D. Sebastião, chorando e suspirando por ele e assim como a Madalena no mesmo tempo tinha a Cristo presente e vivo”.

Assim era Portugal depois da morte de seu último rei sem deixar herdeiros após o trágico desaparecimento no Marrocos. Os portugueses o buscavam, perguntavam por ele, não sabia onde estava, choravam, suspiravam, gemiam. Entretanto, Vieira os alerta que o “rei vivo e verdadeiro deixava-se estar encoberto e não se manifestava, porque não era ainda chegada a ocasião”. Cristo, por exemplo, recebeu a circuncisão e deu princípio à Redenção do Mundo, no seu devido tempo, “não antes nem depois, senão pontualmente aos oito dias”, ressalta o jesuíta. Da mesma maneira aconteceu com o reino português que se deu princípio à redenção e restauração no celebradíssimo ano de 1640.

Porque esse era o tempo oportuno e decretado por Deus; e não antes nem depois, como os homens quiseram. Quiseram os homens que fosse antes,

quando sucedeu o levantamento de Évora; quiseram os homens que fosse depois, quando assentaram que o dia da aclamação fosse o 1º de Janeiro, hoje faz um ano; mas a Providência Divina ordenou se antecipasse, para que pontualmente se desse princípio à restauração de Portugal a seu tempo: *Postquam consummati sunt dies octo.* (VIEIRA,1642)

Dessa forma, Vieira combatia as críticas contra a Dinastia de Bragança, que por hora, estava no poder em Portugal. Assim como Cristo era o legítimo herdeiro do trono de Israel que naquele momento era governado por um rei estrangeiro, Herodes, Vieira acredita responder a partir daí a uma questão tão arraigada no seio da nação portuguesa até então. Os duques de Bragança viveram todos esses anos retirados, sem acudir à liberdade do reino, como legítimos herdeiros que eram dele. Estava aí então a providência de Deus. Segundo ele, se Portugal se levantasse enquanto Castela estava no poder ou quando estava pacífica, era arriscado. Por isso, a restauração demorou tanto tempo. Em 1640, eram tantos os inimigos de Espanha com tantas guerras de dentro de fora que neste período era o momento exato para o ataque lusitano.

Vieira mostrou que na linha sucessória da Casa de Bragança estava D. João IV, filho de D. Teodósio, duque de Bragança e de D. Ana Velasco. E foi ele quem liderou a Restauração pela conquista e reconhecimento da independência de Portugal do controle da Espanha. Para o político religioso a recuperação do trono foi uma Providência Divina. Deus cuidava tão particularmente do bem que ordenou a espera pela restauração por tanto tempo e que se esperasse a ocasião oportuna.

No Sermão de São José, proferido na Capela Real em 19 de março de 1642, dia do nascimento do Rei D. João IV, que completara 38 anos, e da festividade de S. José, Vieira aproveita para relacionar a festividade religiosa do santo com a festa do rei que há pouco mais de um ano venceu Castela. No texto defende o monarca como o encoberto, citado na profecia de Bandarra.

A todo o momento, o objetivo é legitimar a Casa de Bragança como autêntica herdeira do trono de Portugal. Logo na primeira parte do sermão, o jesuíta chama a atenção dos seus ouvintes para a data ser consagrada a São José e no mesmo dia para a felicidade de Portugal, o nascimento do seu rei mais desejado. “Morre hoje José, e nasce Sua Majestade. Que ventura tão recíproca! Nem José, morrendo, podia deixar no mundo melhor substituto: nem Sua Majestade, nascendo, podia entrar no mundo com melhor planeta”, enfatiza Vieira.

Na terceira parte do Sermão, Vieira faz uma referência bíblica com o objetivo de relacionar a um propósito existente entre o nascimento de São José com o nascimento do monarca português. Quais seriam as influências e o que deve esperar de dessa coincidência. A resposta como sempre estava em algum texto bíblico. Deus deu a José a incumbência de se casar com Maria, que mesmo virgem e antes do casamento foi concebida pelo Verbo Eterno, que viria restaurar o mundo. A situação de Maria deveria permanecer encoberta. São José aceitou a decisão divina. Deus também fez com que nesse dia nascesse o rei que havia de restaurar a Portugal. “Um e outro nasceu debaixo da mesma proteção, um e outro nasceu debaixo da tutela e amparo de S. José”, afirma.

Tanto Jesus como D. João nasceram ambos reis, ambos redentores e ambos encobertos. O primeiro prometido pela profecia de Isaías. “*Vere tu es Deus absconditus, Deus Israel Salvator* [«*De facto, Tu és o Deus escondido, o Deus de Israel, o Salvador*”]. O segundo prometido “pela profecia, e tradição de Santo Isidoro a Espanha, não com outro nome, ou antonomásia, senão a do *Encoberto*”, relata Vieira. São José, como esposo de Maria, encobriu a Cristo até depois de seu nascimento, quando foi revelado o seu nascimento por meio da estrela no Oriente aos Magos, ou até mesmo depois quando estava em perigo. Com relação a D. João, São José o protege desde p princípio em que se fizeram senhores de Portugal o rei Filipe II.

Assim desempenhou o grande santo a obrigação que tinha de encobrir, e provar o nome de encoberto no novo rei, nascido no seu dia: mas ainda lhe falta, ou nos falta uma maior consideração e vigilância deste seu empenho. O ódio, a emulação, a cautela, o receio de perder o ganhado em Portugal, que tinham os reis estranhos, a grandeza do poder, e a doçura do possuir, podia lisonjear e adormecer todo este cuidado; mas da nossa parte, e em nós os Portugueses, além da dor do perdido, estava com os olhos abertos ao remédio o amor, o desejo, e a necessidade. O amor ainda que é cego para ver, é lince para adivinhar: o desejo é um affecto sempre ardente e inquieto, que não sabe sossegar um momento: sobretudo a necessidade da redenção, da liberdade, e de rei natural, era a que mais apertava os cordéis a este tormento, e tinha. com a soga na garganta todos estes affectos. (VIEIRA,1642)

Vieira quis provar em vários de seus sermões ser D. João IV o encoberto e não D. Sebastião. Transformou o sebastianismo em joanismo. A profecia sobre o Quinto Império estava presente em sua obra inacabada, a *História do Futuro*.

Gemeu Portugal muito tempo, porque gemeu por espaço de sessenta anos debaixo da sujeição de Castela; e foi ocasião desta sujeição, e destes gemidos ficar o Reino órfão de seus reis, porque os dois últimos — D.

Sebastião e D. Henrique — faltaram sem deixar sucessão; mas foi-Ihe Deus propício, porque dispôs com tão notáveis sucessos a execução de sua liberdade e foi remido não esperadamente, porque muitos não esperavam, antes desesperavam desta redenção; e remido por um não esperado, porque o redentor, pelo qual geralmente se esperava, era outro e não el-rei D. João o IV. No juramento autentico de El-Rei D. Afonso Henriques, em que se conta o miraculoso aparecimento de Cristo, quando por sua própria pessoa quis fundar o Reino de Portugal, são bem notórias aquelas palavras mandadas anunciar ao rei pelo mesmo Senhor, com o recado de que Ihe queria aparecer: «Senhor, estai de bom animo: vencireis, vencireis e não sereis vencido; sois amado de Deus porque pôs sobre vós e sobre vossa descendência os olhos de sua misericórdia até a décima sexta geração, na qual se atenuará a mesma descendência, mas nela atenuada tornará a pôr seus olhos. (VIEIRA, 1649-1665, p 38)

No texto, mais de uma vez, Vieira tenta legitimar a Casa de Bragança como sendo a sucessória autêntica do trono de Portugal. Por seus pecados a nação portuguesa estava sendo castigada e esse castigo duraria não mais que 60 anos.

A condicional do castigo cumpriu-se por nossos pecados, que sem dúvida deviam ser muito grandes, mas também se cumpriu muito pontualmente que o castigo não chegaria a termo de sessenta anos, porque El-Rei D. Filipe o II foi jurado por rei de Portugal, nas Cortes de Tomar, em 26 de Abril do ano de 1581, El-Rei D. João o IV, nas cortes de Lisboa, em 13 de Dezembro de 640, que fazem 59 anos e cinco meses menos alguns dias, ou sessenta anos não completos, como S. Bernardo tinha profetizado. Outra carta temos do mesmo santo escrita ao mesmo rei, em que dá outro sinal manifesto (e também já cumprido), do tempo em que havia de faltar a coroa, que adiante poremos. Finalmente, muitas pessoas (de cujo espírito, a respeito dos sucessos futuros de Portugal, trataremos larga e particularmente no cap. IX deste livro) não só predisseram a sujeição do Reino a Castela, e sua liberdade, mas que o fim de uma e princípio de outra havia de ser sinaladamente no ano de quarenta, e que naquele ano seria levantado novo rei de Portugal e que este se chamaria D. João, com todas as outras circunstâncias tão miúdas e particulares, como se verá no mesmo lugar (VIEIRA, 1649-1665, p 38)

De acordo com o jesuíta, em carta escrita para D. Afonso Henrique, S. Bernardo profetizou o futuro do reino. O profeta, amigo do rei, predisse que Portugal seria castigado por um período de 60 anos e a continuação e sucessão dos reis portugueses. Para Vieira o castigo cumpriu-se com o domínio castelhano durante o período citado por S. Bernardo.

5 CAPÍTULO 4: CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE APRENDIZAGEM PARA ENTENDER SOBRE A OBRA DE ANTÔNIO VIEIRA

O grande desafio hoje para os educadores é conciliar o ensino às novas tecnologias de informação e comunicação. O governo tem disponibilizado para as escolas computadores para que estas se adequem à realidade de seus alunos vivida fora do ambiente escolar.

Entendemos por mídia todos os meios de comunicação de massa: jornal impresso, emissora de TV, rádio, revista, CD's, livros, Internet, novela, outdoor, etc.; seja ele para informar, fazer publicidade ou como entretenimento. A Internet tem se mostrado eficiente na transmissão de informações e na comunicação, importante na construção do conhecimento. Através dela é possível fazer os mais diversos tipos de pesquisas, ter acesso a conteúdos completos de livros, revistas, bem como comunicar-se com o mundo adquirindo informações em tempo real bem próximo à comunicação face a face. Mediada através do computador uma potente ferramenta que nos proporciona inúmeras formas de uso na educação, mesmo sem a interferência da rede mundial de computadores. Porém, é a Internet que nos propicia o rompimento da barreira do tempo e do espaço nos mais variados seguimentos. Mas é essa potente máquina composta componentes simples interligados, o computador, que nos permite o acesso a esse grande potencial na mediação de informações permitindo a interação global através dos mais variados meios agrupando, assim, todas as tecnologias de comunicação já inventadas pelo homem transformando-se em mais um aliado na busca do conhecimento.

Com os avanços tecnológicos e sua transformação na sociedade, tem-se buscado cada vez mais aprofundar os estudos e recursos a serem utilizados na educação. Sabemos que a tecnologia pode provocar profundas transformações na realidade social e educacional, desde que ela seja utilizada de forma adequada e condizente com a perspectiva teórica que embasa o trabalho pedagógico do professor.

Em seu debate com Hellmut Becker, transmitido pela rádio Hessen da Alemanha em 1966, Adorno (1995) enfatiza sobre sua concepção inicial de educação que não está relacionada com a “modelagem das pessoas” como também a “mera transmissão de conhecimento”. Na avaliação do autor, a relação entre a educação e a realidade não é a mesma do passado, mas está ligada à “produção de

uma consciência verdadeira” (ADORNO, 1995, p. 141). Essa perspectiva mudou com o passar do tempo e hoje tornou-se complexa exigindo do educador um novo olhar.

As discussões sobre o papel da educação apresentadas por Adorno (1995) foi há mais de meio século. Contudo, coincidiu com o marco inicial da sociedade tecnológica. E, por isso, quando o autor conclama um novo olhar prevê o surgimento de uma nova cultura sendo impulsionada pela tecnologia da informação e comunicação.

Adorno (1995), ao discutir o papel da educação traz relevantes informações para a compreensão do seu papel na formação do ser humano capaz de questionar, pensar e produzir conhecimento.

Mas aquilo que caracteriza propriamente a consciência é o pensar em relação à realidade, ao conteúdo – a relação entre as formas e estruturas de pensamento do sujeito e aquilo que este não é. Este sentido mais profundo de consciência ou faculdade de pensar não é apenas o desenvolvimento lógico formal, mas de corresponde literalmente à capacidade de fazer experiências intelectuais. Nesta medida e nos termos que procuramos expor, a educação para a experiência é idêntica à educação para a emancipação. (ADORNO, 1995, p. 151).

Tardif (2002), com o propósito de compreender o que pensam os professores sobre os seus saberes, destaca que o saber docente é um “saber plural, formado de diversos saberes provenientes das instituições de formação, da formação profissional, dos currículos e da prática cotidiana” (p.54). Partindo dessa ideia de pluralidade, o autor discute que a possibilidade de uma classificação coerente dos saberes docentes só existe quando associada à natureza diversa de suas origens, às diferentes fontes de sua aquisição e as relações que os professores estabelecem entre os seus saberes e com os seus saberes.

Neste processo de mudança a escola também deve sofrer alterações no seu processo educativo. Não há mais espaço para uma escola que transmite apenas a informação. “Portanto, a Educação não pode ser mais baseada em um fazer descompromissado, de realizar tarefas e chegar a um resultado igual à resposta que se encontra no final do livro texto, mas do fazer que leva ao compreender, segundo a visão Piagetiana.” (VALENTE, 1999, p 30). O autor questiona então qual ação educacional irá promover essa mudança.

Para Valente (1999, p 33), “os processos educacionais são restritos, ao solicitar que o aluno faça várias atividades” as quais podem ou não ser realizadas com sucesso. Porém, o fato de o aluno ter sido bem-sucedido não significa, necessariamente, que compreende o que fez. Piaget observou que há uma diferença entre o fazer com sucesso e o compreender o que foi feito.

Sendo assim, de acordo com o autor supracitado, a informática pode ser utilizada como suporte na aprendizagem, possibilitando o desenvolvimento de habilidades primordiais no desenvolvimento do aluno. Desta forma, a qualidade da interação aprendiz/objeto, descrita por Piaget, é adequado quando se utiliza a Internet como ferramenta de ensino. A interação social e a colaboração são componentes essenciais para a aprendizagem.

Efetivamente, a perspectiva teórica é quem dá pistas principalmente de como será o conteúdo e as interações de um objeto de aprendizagem. Desta forma é tão importante antes de projetar um recurso educacional pensar a partir de que concepção será produzido. Partindo desse pressuposto, o educador deve estar preparado e saber intervir no processo de aprendizagem do aluno, para que ele seja capaz de transformar informação, que podem ser transmitidas e/ou pesquisadas, em conhecimento, por meio de situações, projeto ou atividades que envolvam ações reflexivas.

Entre as concepções teóricas, apresentamos as concepções construtivistas e socioconstrutivistas nas quais o conhecimento é construído a partir da interação do sujeito com o objeto de conhecimento e com base em experiências próprias do mesmo. Esse processo tem como principais teóricos Piaget (individual) e Vygotsky (social).

Vygotsky (1989) dá destaque às condições que o indivíduo possui para, a partir do ambiente em que vive, ter acesso aos "instrumentos físicos e simbólicos" desenvolvidos pelas gerações que o precederam. O instrumento amplia os modos de ação do homem. Assim, da mesma forma que atua sobre a natureza fazendo uso dos instrumentos físicos, transformando-a, o homem atua sobre si próprio através dos instrumentos simbólicos, transformando suas formas de agir. O desenvolvimento do pensamento a partir da experiência da criança, constroi internamente os hábitos culturais de seu grupo e do sistema linguístico.

No entendimento construtivista de Piaget, o começo do conhecimento é a ação do sujeito sobre o objeto, ou seja, o conhecimento humano se constrói na

interação homem-meio, sujeito-objeto. Conhecer consiste em operar sobre o real e transformá-lo a fim de compreendê-lo, é algo que se dá a partir da ação do sujeito sobre o objeto de conhecimento. As formas de conhecer são construídas nas trocas com os objetos, tendo uma melhor organização em momentos sucessivos de adaptação ao objeto. A adaptação ocorre através da organização, sendo que o organismo discrimina entre estímulos e sensações, selecionando aqueles que irá organizar em alguma forma de estrutura. A adaptação possui dois mecanismos opostos, mas complementares, que garantem o processo de desenvolvimento: a assimilação e a acomodação. Segundo Piaget, o conhecimento é a equilíbrio/reequilíbrio entre assimilação e acomodação, ou seja, entre os indivíduos e os objetos do mundo.

Para Piaget trata-se de uma questão de método, e não de uma questão referente às técnicas que se devem usar para estudar o desenvolvimento mental da criança. O seu método consiste em atribuir tarefas que não apenas são completamente alheias à atividade escolar, mas que excluem também toda a possibilidade de a criança ser capaz de dar a resposta exata. (VYGOTSKY, 2005, p 26)

Por sua vez, Vygotsky defende que criança nasce inserida num meio social, que é a família, e é nela que estabelece as primeiras relações com a linguagem na interação com os outros. Nas interações cotidianas, a mediação (necessária intervenção de outro entre duas coisas para que uma relação se estabeleça) com o adulto ocorre espontaneamente no processo de utilização da linguagem, no contexto das situações imediatas.

Outro aspecto importante a observar é como essa teoria apoia-se na concepção de um sujeito interativo que elabora seus conhecimentos sobre os objetos, em um processo mediado pelo outro. O conhecimento tem gênese nas relações sociais, sendo produzido na intersubjetividade e marcado por condições culturais, sociais e históricas.

O homem, de acordo com Vygotsky, se produz na e pela linguagem, isto é, é na interação com outros sujeitos que formas de pensar são construídas por meio da apropriação do saber da comunidade em que está inserido o sujeito. A relação entre homem e mundo é uma relação mediada, na qual, entre o homem e o mundo existem elementos que auxiliam a atividade humana. Estes elementos de mediação são os signos e os instrumentos. O trabalho humano, que une a natureza ao homem e cria, então, a cultura e a história do homem, desenvolve a atividade coletiva, as

relações sociais e a utilização de instrumentos. Os instrumentos são utilizados pelo trabalhador, ampliando as possibilidades de transformar a natureza, sendo assim, um objeto social.

Vygotsky apresenta também o conceito de mediação que, segundo Martins e Moser (2012), a mente forma os conceitos pela mediação de signos, e a linguagem passa a ser o meio ou o modo mais importante que os seres humanos possuem para formar conceitos e para aprender, mas sempre no contexto da interação social.

Pensando no meio, conforme Martins e Moser (2012), o acesso do homem ao mundo não se dá de forma direta, pois passa por uma mediação que permite ao homem o acesso indireto. Assim, o significado está na utilização da palavra, que depende do contexto e cultura a qual está inserida. Daí a importância e a necessidade de levar em conta a dimensão sociocultural no ensino e na aprendizagem. Lembrando que tal fato ocorre não só na aprendizagem, mas no próprio desenvolvimento humano. (Martins e Moser, 2012. p. 15).

Nesse sentido, é possível afirmar que a perspectiva Histórico Cultural acredita que o desenvolvimento humano se dá pela interação, segundo Vygotsky se dá pela interação social.

Sendo assim, as palavras são utilizadas na interação como forma de comunicação, ação esta que ocorre na interação sócio histórica ou sociocultural, uma vez que "[...] o acesso do homem ou de sua mente ao mundo não se dá de modo direto, mas por uma mediação [...]". (MARTINS; MOSER, 2012, p.11).

A valorização das TICs (Tecnologia de Informação e Comunicação) para o desenvolvimento intelectual do indivíduo pode ser percebido com base na seguinte exposição de Vygotsky: A introdução de uma nova ferramenta cultural num processo ativo, inevitavelmente o transforma.

Dentro deste contexto, os recursos mediadores como a linguagem e as ferramentas técnicas não facilitam simplesmente as formas de ação que irão ocorrer, mas altera completamente a estrutura dos processos mentais – “linguagem; vários sistemas de contagem; técnicas mnemônicas; sistemas de símbolos algébricos; obras de arte; escrita, esquemas, diagramas, mapas, e desenhos mecânicos; todo tipo de sinais convencionais” - ao se apropriar desses conhecimentos cada ser humano incorpora o desenvolvimento intelectual e ideal neles presentes. (VYGOTSKY, 1981, p 137)

De acordo com Guimarães (2013), a escola constitui um espaço complexo de debates, fontes históricas e diferentes propostas de saber, onde diversas possibilidades de ensinar e aprender estão presentes. Nesse sentido, a concepção de História como disciplina formativa aponta para a construção de novas práticas e possibilidades metodológicas que potencializam, indicam outras relações educativas no ensino de História desde o processo de alfabetização da criança nos primeiros anos de escolaridade.

Segundo Saviani (2008, p. 152) “a pedagogia revela-se capaz de articular num conjunto coerente as várias abordagens sobre educação, tomando como ponto de partida e ponto de chegada a própria prática educativa”.

Desta forma, os objetos de aprendizagem influenciam diretamente nas estratégias pedagógicas. Eles podem ser definidos, de acordo com Wiley (2000), como pequenas entidades digitais modulares possíveis de serem utilizadas em diferentes contextos de aprendizagem e acessadas por meio da Internet. De acordo com o autor, o fato de estarem disponíveis online dá a esses recursos outra característica relevante: a possibilidade de acesso e uso simultâneo por um número ilimitado de pessoas. Tais especificidades colocam os objetos em oposição e vantagem quando comparados a outros recursos didáticos que só podem ser acessados em local e momento específicos, tal como são o livro ou um DVD.

Entre as infinitas possibilidades de formatos que os Objetos de Aprendizagem podem assumir, tais como vídeos, animações, esquemas e/ou infográficos interativos etc., nessa pesquisa o blog será o recurso utilizado. A ideia é, por meio como ferramenta de aprendizagem dar suporte para educação, promovendo a interação com o mundo do conhecimento, incentivando a troca de ideias, a partir desse instrumento surge uma oportunidade para os professores promoverem a pesquisa sobre o assunto quando abordado dentro de sala de aula. Sabemos que em sua proposta pedagógica, diferentes estratégias que desperta de fato um interesse nos alunos pelo o novo, o dinâmico.

Levy (2013), em entrevista cedida à Revista Gestão Educacional em 2013, ressalta que não há obstáculos em utilizar ferramentas digitais dentro de sala de aula. De acordo com o autor supracitado, todos os “estudantes têm uma habilidade extraordinária para usar esse tipo de ferramenta”. O problema, segundo ele, são os professores que têm que conhecer estas novas tecnologias. O filósofo acredita que o educador deve se capacitar porque ele só pode ensinar aquilo que domina.

Segundo ele, a formação do professor não está ligada à utilizar apenas as redes sociais, mas sim “implementar o know-how pedagógico utilizando essas ferramentas”.

Sendo assim, para contribuir com a melhoria na qualidade do ensino, definimos que o objeto de aprendizagem derivado desta pesquisa fazendo uso das tecnologias de informação e comunicação será um jogo de perguntas e respostas denominado *Quiz*. Justifica-se por ser um jogo que estimula a construção de um conhecimento colaborativo ao fazer com que os alunos apliquem e testem os conhecimentos adquiridos e, por isso, uma forma viável de capturar o conteúdo transmitido. O *Quiz* será apresentado a partir de questões objetivas.

O nosso objetivo foi elaborar um jogo de perguntas e respostas com questões referentes ao tema estudado, que proporcione aos participantes uma experiência envolvente usando o elemento da disputa destinado aos alunos do Ensino Médio. As questões relativas ao Padre Antônio Vieira são bastante abordadas na disciplina de Literatura dos anos finais do Ensino Médio.

Partindo desta ideia, entendemos que a escola está dentro de um processo de troca constante com a cultura midiática. Sendo um jogo ou uma página da Internet um produto da mídia e da indústria cultural muito presente na sociedade e na escola atual. Propomos então uma interface entre o ensino de história ibérica, direcionando as informações tendo como base o Messianismo como chave de interpretação da representação de Portugal nos *Escritos Políticos* de Vieira.

O jogo de perguntas e respostas deverá ser disponibilizado como um aplicativo para os celulares dos alunos. Mesmo com proibições dentro da sala de aula do uso da ferramenta, nossa ideia é que o questionário seja oferecido ao estudante como um complemento no estudo para ser respondido em casa. Em casos em que a escola permite a utilização do aparelho, o aplicativo será como uma tarefa a mais em sala.

Dados da Anatel indicam que o Brasil terminou junho de 2016 com 253,4 milhões de celulares e densidade de 123,03 cel/100 hab. De acordo com Costa (2013), além de usar o telefone celular como uma ferramenta de comunicação, estudos relatam o uso generalizado, principalmente, por parte de adolescentes, de seus outros recursos como: jogos, downloads de papel-parede, tipos de toques, envio de fotos, vídeos, músicas, uso de câmera, TV, rádio, celular, localizador, despertador, agenda, e outros aspectos da personalização e entretenimento.

Além disso, conforme Costa, o celular pode ser também uma ferramenta no ensino-aprendizagem, com a vantagem de que a grande maioria dos aprendizes possui um ou até mais de um desses aparelhos.

Diante de todas as evidências sobre o quantitativo de usuários de celulares, entre eles muitos adolescentes e jovens, muitas escolas ainda proíbem o uso desses aparelhos entre seus muros e salas de aula. Muitos governantes de municípios e estados brasileiros têm proibido o uso do telefone celular durante o horário de aula, argumentando que eles não são úteis para o processo de educação, e muito pelo contrário, podem até atrapalhar a aprendizagem dos alunos e o trabalho pedagógico do professor.]

Costa cita dados da UNESCO (2013) indicam que a proibição do celular em ambientes formais de educação não impede as pessoas de usá-los e muito menos os mais jovens. Em vez disso, as escolas deveriam aumentar a consciência do aluno sobre o uso de celular de forma segura e evitar os perigos inerentes de acesso aberto à comunicação e informações, inclusive sobre o uso e dependência de internet.

Em pesquisa realizada por Liz (2015) após cada aplicação das aulas, os alunos responderam ao instrumento de coleta de dados o objetivo de levantar informações sobre a impressão deles acerca do uso das mídias móveis na aprendizagem. Conforme o levantamento, do total de quinze alunos, houve 100% de aprovação quanto ao uso das mídias móveis no processo de ensino-aprendizagem. No momento da apresentação da proposta, o pesquisador percebeu euforia e interesse por parte de todos os participantes das atividades.

Durante todo o processo de aplicação, no total de quatro encontros, os alunos se mostraram efetivamente engajados no desempenho das atividades presentes no aplicativo. A aprovação da proposta de pesquisa por parte dos alunos pode ser comprovada ao analisarmos o questionário respondido ao final das aplicações.

A primeira questão buscou saber se eles consideravam interessante a utilização do próprio *smartphone/tablet* para realização da atividade escolar. Dos quinze alunos participantes, houve a adesão de 100 % ao uso, com a resposta “sim”.

Na segunda pergunta, foi questionado se consideravam que a atividade realizada por meio de seus celulares era mais dinâmica e interativa, obtivemos, novamente, 100% de adesão, com a resposta “sim” acompanhada de alguns

comentários como: “sim, e ainda podemos utilizar de qualquer lugar”; “sim, muito legal e divertida”; “sim, gostei bastante”.

A terceira questão perguntou se consideravam que o uso de mídias móveis em sala de aula auxiliava no processo de ensino e aprendizagem. Todos aprovaram e afirmaram ser de extrema importância essa utilização, registrando alguns comentários como: “sim, pois aprendemos mais por ser algo que gostamos”; “sim, facilita a interação usando meu celular”; “gostei bastante, porque usei meu celular”.

Sendo assim, acreditamos que disponibilizar o questionário por meio de aplicativo no celular de cada um deles vai auxiliar no aprendizado e tornar a disciplina mais atrativa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos durante a pesquisa que padre Vieira utilizou sua oratória para influenciar as ideias e desejos do povo português, levando-o a acreditar que o que estavam aguardando de uma grande potência seria através do seu rei restaurador, D João IV.

Podemos levar em consideração que a luta de Vieira foi convencer o povo português que D. João IV era o verdadeiro rei descrito em Bandarra. Passou grande parte de sua vida defendendo a ideia que o encoberto não era Dom Sebastião, mas sim o monarca que libertou a nação das mãos dos Filipes.

Apesar de escrever conforme seu interesse político e ocasião. Ora defendia os Filipes, então no poder, ora D. Sebastião como o salvador de Portugal, e por fim, D. João IV como o rei descrito por Bandarra, Vieira foi além de tudo um grande defensor do reino de Portugal.

O reino de Portugal, considerado por ele como sendo o Reino protegido por Deus, superior a todos os outros. Entendemos que naquele momento Portugal vivia uma fase conturbada com a morte do rei tão esperado que não colocaria em risco a soberania, pois, sem herdeiros, Portugal estava a mercê espanhola. O pior acontece quando um ano após a morte do Cardeal Henrique quem senta no trono português é Felipe II, delegando o governo de Portugal a um vice-rei espanhol.

Com a subordinação aos castelhanos, a situação portuguesa muda bastante. Com a União Ibérica, os inimigos da Espanha também passam a ser de Portugal. Logo os reflexos começam a ser sentidos do outro lado do mundo com as invasões da Holanda, Inglaterra e França nas costas litorâneas do Brasil. As consequências, além de territoriais e materiais, passam a ser sentidas pelo povo que requer um trono autêntico.

A partir de então a crença por um salvador descrito nas Trovas de Bandarra é mais viva do que antes. Suas interpretações variadas fez aparecer vários falsos “D. Sebastião”. A situação ficou difícil com a Inquisição, mas mesmo assim, no meio do povo os versos ainda eram lidos com bastante frequência.

Como bem analisou Hermann (2000), a crença messiânica “que concentrava na figura mítica de um rei salvador as esperanças de redenção das privações do presente e projetava para o futuro a volta daquele que iria libertar os portugueses do

julgo castelhano”. Vieira, por sua vez, defendeu essa ideia para legitimar o reino de D. João IV como sendo o autêntico.

Antônio Vieira esteve empenhado em legitimar o trono português como sendo o verdadeiro reino de Deus. Em vários de seus sermões podemos observar traços políticos que levam a influenciar as pessoas a aceitar D João IV como o rei da grande nação. Por várias vezes utiliza referências bíblicas para exemplificar algo que acontece com Portugal. Como no Sermão de São Sebastião, um dos mais importantes do autor, o jesuíta deixa transparecer sua ideia messiânica para conduzir o povo a aceitar o rei como legítimo.

Após a Restauração, Vieira inicia uma campanha para transformar o sebastianismo em joanismo. Na Sermão dos Bons Anos, pregado em 1642, o jesuíta ressalta, por meio de uma mensagem com forte teor político, que o D João IV seria então o tão esperado salvador descrito nas *Trovas de Bandarra*. Na época havia uma forte oposição contra o rei. Portugal passava por uma grave crise política e, por isso, era necessário mostrar quem era o legítimo herdeiro do trono lusitano, do qual há anos foi tratado nos versos messiânicos do profeta de Trancoso. Neste sermão, além de exaltar o reino de Portugal como também enfatiza que D João IV é o rei escolhido por Deus.

As passagens bíblicas, sempre presentes em seus escritos, tem como objetivo chegar a uma conclusão, nem sempre religiosa, mas muitas vezes política. Como é o caso do Sermão de São Sebastião. Grandes personagens da Bíblia são citados para reforçar a ideia messiânica, não explícita, mas subentendido nas entrelinhas. Neste caso, a presença do rei Davi reforça a ideia de dependência de Deus em momentos de dificuldade. Assim como Portugal, o salmista passou por um período de terrível angústia. Davi expôs então tal frustração ao Senhor e confiou em Sua força.

Para o jesuíta, a liberdade de Portugal já estava profetizada, mas muitos não creram nela. Mesmo a partir da Restauração, muitos ainda duvidavam. Para o religioso não podia haver incredulidade nas ações de Deus. Portugal há muito aguardava pelo retorno do rei que desaparecera e sem deixar um filho herdeiro, mas D. Sebastião, o desejado, estava morto, e D. João IV, vivo reinava após a vitória lusitana frente os castelhanos.

Dessa forma, Vieira combatia as críticas contra a Dinastia de Bragança, da qual D João era o escolhido. Assim como Cristo era o legítimo herdeiro do trono de

Israel que naquele momento era governado por um rei estrangeiro, Portugal vivia fato semelhante. A recuperação do trono foi então uma Providência Divina.

No Sermão de São José, por exemplo, Vieira buscou a todo o momento, legitimar a Casa de Bragança como autêntica herdeira do trono de Portugal. O jesuíta chama a atenção dos seus ouvintes para a data ser consagrada a São José e no mesmo dia para a felicidade de Portugal, o nascimento do seu rei mais desejado, D. João IV. Dessa forma, quis provar que a profecia sobre o Quinto Império não se referia a Dom Sebastião.

Com o passar do tempo colecionou inimigos que aproveitaram a morte de D. João IV, do qual o jesuíta era protegido para acusa-lo de heresia. O seu maior erro foi a famosa carta “Esperanças de Portugal. Quinto Império do Mundo” na qual relata que D. João IV ressuscitaria para comandar o Quinto Império, considerado por ele como Portugal.

A morte do rei dá um novo rumo aos ideias de Vieira. A Carta ao Bispo do Japão, escrita em 1659, Vieira afirmara ser o Encoberto das Trovas do Bandarra dom João IV, agora não mais vivo, mas ressuscitado. Acusado de heresia por seus inimigos, Vieira é interrogado pelo Santo Ofício, Como vimos foi acusado de “proposições heréticas, temerárias, mal soantes e escandalosas”. Mesmo não tendo o privilégio do tempo de D. João IV, não foi condenado à morte. Porém, derrotado, no final de 1666, Vieira viu que Dom João não ressuscitaria jamais. Um ano depois, nas audiências, mostrou-se arrependido e disposto a renegar sua crença na ressurreição do Encoberto.

De acordo com Vainfas (2011), “Nada mais havia para fazer ou esperar. Vieira, no fundo, mantinha suas ‘esperanças’, mas achou por bem abandoná-las na Mesa do Santo Ofício”. Após súplica do provincial da Companhia de Jesus, dirigida ao Santo Ofício, foi solicitada a anulação e perdão das penas que lhe foram impostas. O pedido foi aceito por despacho do Conselho Geral do Santo Ofício, de 12 de junho de 1668.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

AZEVEDO, J. Lúcio. **História de Antônio Vieira**. 3^o Edição. Porto: Clássica Editora, 1992 . V. I e II

BESSELAAR, José van den. **Antônio Vieira: Profecia e Polêmica**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

CANTOS, Priscila Kelly. **A educação na Companhia de Jesus: um estudo sobre os colégios jesuítcos**. 90f. Dissertação (Mestrado em Educação). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2009.

CANTOS, Priscila Kelly. **A educação na companhia de Jesus: um estudo sobre os colégios jesuítcos**. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Célio Juvenal Costa – Maringá, 2009.

Cartas : biblioteca digital da USP

<<http://www.brasiliana.usp.br//handle/1918/01950810#page/7/mode/1up>> Acesso em: 20 ago. 2015.

DRUMMOND, Adriano Lima. Um rei encoberto debaixo dum santo: sebastianismo no “sermão a São Sebastião”, de padre Antônio Vieira. **Revista do Centro de Estudos Portugueses**, [S.l.], v. 28, n. 40, p. 53-77, dez. 2008. ISSN 2359-0076. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cesp/article/view/6555/5556>>. Acesso em: 14 ago. 2015. doi:<http://dx.doi.org/10.17851/2359-0076.28.40.53-77>

GODOY, Marcio Honório de. **Dom Sebastião no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas-São Paulo: Papyrus, 2013.

HERMANN, Jacqueline. **Dom Sebastião contra Napoleão: a guerra sebástica contra as tropas francesas. Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro , v. 3, n. 5, p. 108-133, Dec. 2002 . Disponível em: <

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2002000200108&lng=en&nrm=iso> Acesso em 02 Jun. 2016. <<http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X003005004>>

HERMANN, Jacqueline. **No Reino do Desejado** – A construção do sebastianismo em Portugal Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HERMANN, Jacqueline. **O sonho da salvação, 1580-1600**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro- 1550-1800: ensaio de interpretação a partir dos oprimidos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

< <http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/padre-antonio-vieira-nos-carceres-da-inquisicao/> >

<<http://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-78999/a-educacao-na-companhia-de-jesus--um-estudo-sobre-os-colegios-jesuiticos>> (acesso 05.05.2016)

<http://www.ocultura.org.br/index.php/Exerc%C3%ADcios_Espirituais_de_Santo_In%C3%A1cio_de_Loyola#Os_Exerc.C3.ADcios_Espirituais> (acesso: 14.03.2015)

LEVY, Pierre. **Internet e Escola de Mãos Dadas**. Brasília [s.n] . 2013, . Entrevista concedida à Revista Gestão Educacional Durante o V Congresso Internacional Conexão RCE (Rede Católica de Educação).

MARTINS, Onilza Borges; MOSER, Alvino. **Conceito de mediação em Vygotsky, Leontiev e Wertsch**. Revista Intersaberes. vol. 7. n.13, p. 8 - 28 | jan. – jun. 2012.

MOURA, Milton. **O Império em Antônio Vieira: entre o glorioso e o prosaico, o pragmático**. Revista Mosaico, 2014

PECORA, Alcir. Vieira, **A inquisição e o capital**. *Topoi (Rio J.)* [online]. 2000, vol.1, n.1 [cited 2016-08-18], pp.178-196. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X200000100178&lng=en&nrm=iso>.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. **Perfis Brasileiros – Antônio Viera, Jesuíta do Rei**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VALENTE, J.A. **Mudanças na sociedade, mudanças na educação: o fazer e o compreender**. In: VALENTE, J. A.(org.) **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas: NIED/UNICAMP, 1999.

VIEIRA, Antônio. **Ânua da Província do Brasil dos dois anos de 1624 e de 1625 In: História Administrativa do Brasil; A União Ibérica: Administração do Brasil Holandês**. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1983.

VIEIRA, Antônio. **Cartas do Padre Antônio Vieira coordenadas e anotadas por J. Lúcio d'Azevedo (Tomo 1)**. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01951310>>. Acesso em 25/08/2016

VIEIRA, Antônio. **Escritos históricos e políticos**. Estabelecimento dos textos, organização e prefácio de Alcir Pécora. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VIEIRA, Antônio. **História do Futuro**, Volume 1. Universidade da Amazônia, NEAD – Núcleo de Educação a Distância, disponível em <http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Padre_Ant%C3%B4nio_Vieira_-_Hist%C3%B3ria_do_Futuro_-_Vol_I.pdf> Acesso em 11/06/2016.

VIEIRA, Antônio. **Sermão de São Sebastião**. Disponível em : <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documents/0043-01952.html> Acesso em 25/07/2016

VIEIRA, Antônio. **Sermão dos Bons Anos**. Disponível em <www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=1743> Acesso em 30/12/2015

VIEIRA, Antônio. **Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda**. Disponível em : <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000033.pdf> Acesso em 28/09/2015

VIEIRA, Antônio. **Vieira, De profecia e Inquisição**. Disponível em : <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000033.pdf>> Acesso em 28/09/2015

VYGOTSKY, **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 191 p. _____. The instrumental Method in Psychology. In: WERTSCH, James V. (Ed.) The concept of Activity in Soviet Psychology. New York: M.E. Sharpe, 1981. p. 134-143.

VYGOTSKY, L.S., Luria, A.R. Leontiev, A.N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. São Paulo, Editora Centauro, 2010.

WILEY, D. A. (2000). **Learning object design and sequencing theory. Unpublished doctoral dissertation, Brigham Young University**. Available: <<https://opencontent.org/docs/dissertation.pdf>> Acesso em 20/10/2015

ANEXO

ANEXO A - QUESTÕES PARA O OBJETO DE APRENDIZAGEM

1- A respeito do Padre Antônio Vieira, pode-se afirmar:

- a) Embora vivesse no Brasil, por sua formação lusitana não se ocupou de problemas locais.
- b) Procurava adequar os textos bíblicos às realidades de que tratava.
- c) Dada sua espiritualidade, demonstrava desinteresse por assuntos mundanos.
- d) Em função de seu zelo para com Deus, utilizava-o para justificar todos os acontecimentos políticos e sociais.

2 - Todas as proposições dizem respeito a Padre Antônio Vieira, exceto:

- a) As qualidades de Padre Antônio Vieira como orador são incomparáveis. Entre sua vasta produção, destacam-se: “Sermão da sexagésima”, “Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda”, “Sermão de Santo Antônio (aos peixes)” e “Sermão do mandato”.
- b) Seus sermões estavam a serviço de causas políticas que abraçava e defendia e, por isso, indispôs-se com muita gente. As ideias que Vieira pregava perturbavam o conforto do pensamento, e quanto mais era odiado pela Inquisição, mais a desafiava.

c) Vieira teve um pouco de sonhador e profeta, chegando a escrever três obras com esse conteúdo, obras baseadas em textos bíblicos e nos textos e profecias do poeta português Bandarra. Vieira acreditava na ressurreição do rei D. João IV, seu protetor, morto em 1656.

d) Não tendo publicado nenhum livro, produziu, entretanto, inúmeros poemas de caráter religioso, amoroso e satírico. Foi chamado de Boca do Inferno graças à sua irreverente obra satírica.

3- No processo de colonização do Brasil (sécs. XVI - XVIII), os jesuítas tiveram papel de destaque na difusão do catolicismo. Sobre eles é correto afirmar, exceto:

a) Detinham o monopólio da educação e, na segunda metade do século XVI, fundaram colégios na cidade de Salvador e na Vila de São Vicente.

b) Sua tarefa missionária era a catequização dos índios, convertendo-os à verdadeira fé e à recuperação de fiéis.

c) Construíram as missões para impedir a escravidão dos indígenas pelos coloniais e manter o universo de valores culturais dos índios.

d) Foram expulsos de Portugal e das possessões coloniais pelo Marquês de Pombal, após 1750, devido ao seu poder econômico e político.

4- A Ordem Jesuíta foi claramente inspirada em sua forma de organização nas estruturas militares da Idade Moderna. Inclusive seu fundador foi um militar ferido em combate, cujo nome era:

a) José de Anchieta

b) Manoel da Nóbrega

c) António Vieira

d) Inácio de Loyola

5- A Companhia de Jesus exerceu durante quase todo o período colonial um importante papel na atuação conjunta à Coroa Portuguesa no processo de colonização brasileira. Controlou a educação no período e realizou a assimilação de algumas tribos indígenas à nova sociedade que estava se constituindo. Porém, em decorrência dos ideais iluministas e da influência que

exercia sobre alguns governantes do século XVIII, a Companhia de Jesus foi suprimida dos territórios portugueses:

- a) pelo Padre Antônio Vieira.
- b) pela Rainha Maria I.
- c) por d. João IV.
- d) pelo Marquês de Pombal.

6- Padre Vieira foi confessor de qual rei?

- a) João II
- b) Sebastião, o encoberto
- c) João IV
- d) Filipe III

7- Aos 18 anos, Antônio Vieira foi escolhido para escrever um documento ao geral da Companhia de Jesus, relatando a invasão holandesa na Bahia. Que documento era esse:

- a) Sermão de São Sebastião
- b) Carta Ânua
- c) História do Futuro
- d) Clavis Prophetarum

8 – Abaixo uma lista de sermões, qual deles não é de autoria de Antônio Vieira:

- a) Sermão de São Sebastião
- b) Sermão de Santo Antônio aos Peixes
- c) Sermão do Bom Sucesso das Armas de Portugal
- d) Sermão da Conversão de São Paulo

9- Rei de Portugal, desaparecido em combate em 1574, no Marrocos, que deu origem a uma crença messiânica:

- a) Dom João IV
- b) Filipe III
- c) Dom Sebastião
- d) Dom Henrique

10 – Qual ordem religiosa a qual pertenceu Antônio Vieira:

- a) Companhia de Jesus
- b) Clérigos Regulares de São Paulo
- c) Ordem Beneditina
- d) Ordem Franciscana